



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
POLYANE SARTORI KAIPER

**OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA A CULTURA: A ANGOLA E SEUS
IMPASSES CULTURAIS EM PERSPECTIVA**

Florianópolis
2014

POLYANE SARTORI KAIPER

**OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA A CULTURA: A ANGOLA E SEUS
IMPASSES CULTURAIS EM PERSPECTIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Relações Internacionais da Universidade
do Sul de Santa Catarina, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharel.

Orientador: Prof. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.

Florianópolis

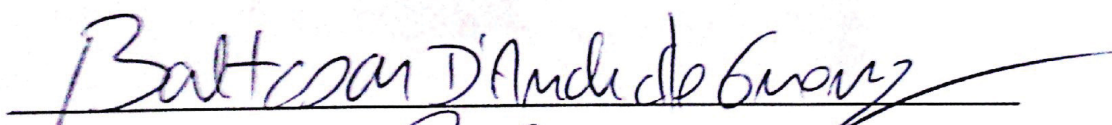
2014

POLYANE SARTORI KAIPER

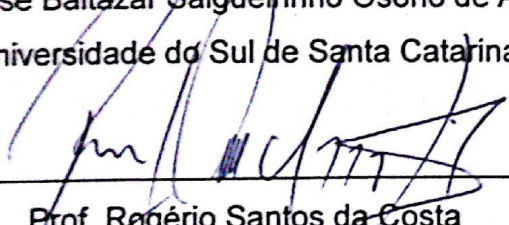
**OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA A CULTURA: A ANGOLA E SEUS
IMPASSES CULTURAIS EM PERSPECTIVA**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

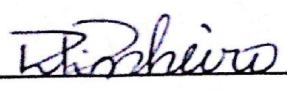
Florianópolis, 30 de junho de 2014.


Prof. e Orientador José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina


Prof. Rogério Santos da Costa

Universidade do Sul de Santa Catarina


Prof. Rosa Beatriz Madruga Pinheiro
Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Em primazia, agradeço a Deus, sem o qual nada seria possível.

Minha família, em sua totalidade, não poderia deixar de ser mencionada, toda a união e o apoio vindo destes foram excepcionais em minha jornada. Em meu coração, meu eterno obrigado vai para meus pais, meus heróis Ivan e Nilsa, que nunca pouparam esforços para que eu alcançasse meus sonhos. Agradeço por tê-los, por todo apoio e pela presença sábia e iluminada em minha vida. Ao meu amigo e irmão André, agradeço pelo carinho, companheirismo e torcida. Ao meu cúmplice e esposo Daniel, obrigada pelo amor, paciência e fundamental auxílio sempre disponibilizado.

Os últimos quatro anos foram de grande evolução e aprendizagem para mim, neste período a universidade me proporcionou crescimento como estudante e pessoa. Foram muitas as colaborações para que este trabalho chegasse ao resultado aqui apresentado, dentre elas, quero aqui deixar minha gratidão a todos os professores que me acompanharam durante o período de minha graduação. Cada um contribuiu de forma única para que eu chegasse até aqui.

Em particular, menciono a professora Fabiana Witt e o professor Paulo Ferreira que tiveram participação especial, direcionando-me nos detalhes desta monografia. Ao meu orientador Professor Dr. José Baltazar agradeço por ter aceitado orientar meu projeto, pela sua prestatividade e por disponibilizar valiosas dicas para que eu melhor produzi-se.

Minha gratidão ao produtor e cineasta Ever Miranda Palacio, que me enviou sem qualquer tipo de custo seu recente documentário Angola Ano 0. Sem dúvida, foi fundamental a contribuição deste conteúdo em meu trabalho.

Aos amigos que emprestaram livros, aos que repassaram valiosas informações e aos que me acompanharam durante minha graduação, muito obrigada, vocês fazem parte desta conquista.

“Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro de minha casa o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra”.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as implicações do fenômeno globalizante sobre a perspectiva cultural em Angola. Como cerne desta monografia, propõe-se sondar, de que forma a cultura tradicional angolana tem se mantido frente ao processo de globalização. Para alcançar tal objetivo, buscou-se descrever os conceitos base desta temática – que giram em torno da globalização, multiculturalismo e cultura – e examinar o teor cultural no cenário globalizado. Assim como, esquadrinhou-se o histórico cultural do país, analisado para a compreensão da potencialidade do movimento global nesta localidade. O trabalho foi conduzido a partir de pesquisa bibliográfica, onde se buscou por meio do estudo sobre a nação angolana, destacar os impactos sofridos através da globalização. Conclui-se assim, que de fato ocorrem transformações nas tradições deste país a partir do processo de globalização, entretanto, a partir da valorização e políticas de manutenção cultural, esta sociedade passa a se destacar pelo seu multiculturalismo e não pela extinção de seus costumes.

Palavras chave: Globalização. Cultura. Angola.

ABSTRACT

This study aims to analyze the implications of globalizing phenomenon on the cultural perspective in Angola. As the core of this thesis, it is proposed plumbing, how traditional Angolan culture has remained ahead of the globalization process. To achieve this goal, we sought to describe the basic concepts of this theme - that revolve around globalization, multiculturalism and culture - and examine the cultural content in the globalized scenario. Like, scanned it the cultural history of the country, analyzed for understanding the potential of the global movement at this location. The study was conducted from literature, where it searched through the study of the Angolan nation, highlight the impacts suffered by globalization. It follows that in fact changes in the traditions of this country from the process of globalization, however, based on the valuation policies and cultural maintenance occur, this society shall stand by its multiculturalism and not the extinction of their customs.

Key words: Globalization. Culture. Angola.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Pirâmide dos três níveis de programação mental humana	39
Figura 2 - Mapa geográfico de Angola	48
Figura 3 - Reino do Congo e seus vizinhos.....	50
Figura 4: Portugal não é um país pequeno	57
Figura 5: Mapa etnográfico de Angola	59
Figura 6: Religiões na África em 1990	69
Figura 7: Repartição das línguas oficiais da África em 1990.....	72

LISTA DE SIGLAS

BMS – Baptist Missionary Society

CIEMEN – Centro Internacional Escarré para as Minorias Étnicas e as Nações

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

JA – Jornal de Angola

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PALOP – Países Africanos de Língua oficialmente Portuguesa

PCA – Partido Comunista de Angola

RI – Relações Internacionais

RTA – Religiões Tradicionais Africanas

UPA – União dos Povos de Angola

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura

UPNA – União das populações do norte de angola

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
1.4.1 Quanto à natureza	15
1.4.2 Quanto à abordagem.....	16
1.4.3 Quanto aos objetivos	16
1.4.4 Quanto aos procedimentos	16
1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA	17
2. DEFINIÇÕES DE GLOBALIZAÇÃO, CULTURA, MULTICULTURALISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS E CULTURA.....	19
2.1 GLOBALIZAÇÃO	19
2.1.1 Surgimento da globalização.....	21
2.1.2 Características do processo de globalização.....	23
2.1.3 Dimensão da Globalização	24
2.2 CULTURA	26
2.2.1 Acepções do termo cultura	28
2.2.2 Identidade cultural.....	30
2.3 MULTICULTURALISMO	31
2.3.1 Multiculturalismo e suas formas.....	32
2.4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E CULTURA	33
3. GLOBALIZAÇÃO: CENÁRIO DE CULTURAS HÍBRIDAS	37
3.1 GLOBALIZAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL	37
3.1.1 A aproximação das culturas.....	38
3.1.2 Globalização versus Cultura	40
3.1.3 A troca de elementos culturais entre nações	42
3.3 RESISTÊNCIA A HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL.....	43
3.2 CULTURA GLOBAL	44
4. O CASO ANGOLA.....	47

4.1 UM ESTUDO SOBRE ANGOLA	47
4.1.1 Uma sociedade multicultural.....	49
4.1.2 O Reino do Congo e o processo de colonização angolano	51
4.1.3 A permanência do Império	53
4.1.4 Indigenato e Assimilação	55
4.2 COMPOSIÇÃO ÉTNICA.....	58
4.3 O PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	60
4.3.1 O Pan-Africanismo, a Negritude e a libertação da África	61
4.3.2 Novas e contínuas circunstâncias após 1975	63
4.4 O IMPACTO IMIGRATÓRIO NA CULTURA ANGOLANA.....	65
4.4.1 Influência externa através dos regressos angolanos e estrangeiros.....	67
4.5 INTERFERÊNCIAS NA RELIGIÃO	68
4.6 INTERFERÊNCIAS NO IDIOMA	71
4.6.1 A influência midiática.....	74
4.7 CONSCIÊNCIA CULTURAL NA ATUALIDADE: O CONHECIMENTO E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano interage entre si culturalmente, contudo, a partir da modernidade, o comércio, os processos de colonização, a indústria e posteriormente a globalização foram, assim como continuam sendo, um dos fatores preponderantes no diálogo entre diversas nações. Neste contexto, o multiculturalismo ganha espaço, e a diversidade cultural passa a ser fator comum no cotidiano, e inevitavelmente, interferindo em tradições e comportamentos nacionais.

Observa-se através dos estudos sobre cultura, a importância que este fator social possui na política de transformação e conservação de uma sociedade. Com a globalização e a crescente interação no meio internacional, tradições passam a transcender fronteiras e transformam culturalidade¹ em instrumento no cenário mundial, onde faz parte e influencia diferentes fatores na sociedade. As transformações pelas quais o mundo passou a partir do final do século XX dispõem novas concepções do papel da cultura no cenário internacional e remetem aos diversos assuntos convergentes a este termo.

Por mais que a relação entre globalização e cultura seja algo comum na atualidade, este fenômeno e suas implicações são pouco conhecidos pelo público em geral. Erroneamente se criam mitos em torno do assunto, sobre sua origem, rejeição ou apoio, em contraponto, para o muiito debate das suas implicações em âmbito internacional parece passar despercebido.

Sabendo-se que as mudanças globais permeiam o campo econômico, político e também o cultural, o enfoque nesta pesquisa empregar-se-á ao estudo da cultura em sua acepção mais ampla, voltada a valores e tradições. Desta forma se analisará o caso em Angola, onde a temática cultural tem sido refletida devido às influências externas sofridas por sua cultura. Para compreensão do tema serão abordados a globalização, cultura, multiculturalismo e os elementos que permeiam a temática, a fim de constatar as modificações e manutenção no padrão cultural Angolano, em um mundo globalizado.

¹ Característica que indica cultura.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve o redirecionamento da política e das relações entre os países. Observa-se, através da história que, o sistema de administração das nações estava em mudanças desde antes da segunda guerra mundial. Contudo, o pós-guerra foi um marco para se estabelecer uma divisória na cosmovisão das relações internacionais. Com a aceitação do capitalismo por parte de alguns estados, este sistema impulsionou a globalização (SOROS, 2003).

O fenômeno global intensificou a aproximação de diferentes nações, gerando assimilação e aceitação de distintas culturas, transformando o convívio social. Destarte, este movimento promoveu um processo de integração, com isso houve aproximação de condições diferentes que passaram a conviver sob uma perspectiva semelhante, onde identidades diferentes tornaram-se relevantes. A cultura na atualidade passou a ser importante canal de conexão e influência.

Atualmente, porém, nesse período povoado pelas tecnologias da informação, pela compressão das distâncias - seja por via virtual como pela velocidade dos meios de transporte - nesse contexto em que caem por terra as fronteiras nacionais e no qual os produtos (comida, bebida, vestuário, língua, crença, música, moda, valores, entre tantos outros) das mais diversas culturas, dos mais diversos países, invadem sem pedir licença, sem permissão, fiscalização ou visto os territórios de outras nações, países, povos e comunidades mais distantes, a identidade cultural se configura – enquanto resultado desse contexto. (PACHECO, 2007 p.05).

O contexto globalizante acaba determinando que as identidades dos sujeitos imersos nesse processo de globalização, passem por profundas transformações, perdendo a originalidade exposta em seus hábitos, e assim, perdendo a estabilidade, sua marca e em maior grau de interferência, sua unificação. Para Stuart Hall (2006), a perda do sentido que se tem de si provoca um deslocamento ou descentração do sujeito, o que constitui uma crise de identidade para o indivíduo.

Boaventura de Sousa Santos (2002) afirma que há de se ter em mente que o que designamos por globalização é um conjunto de relações sociais, o que envolve, nesta produção de conflitos, desde arranjos transnacionais à defesa do direito de minorias. Esse contexto acaba determinando para os sujeitos imersos no processo globalizante, profundas transformações.

Partindo desta ideia, pode-se analisar esse contexto sob a perspectiva do país da África Subsaariana, Angola, que apresenta do ponto de vista cultural centenas de diferentes grupos étnicos, uma colonização portuguesa e uma sociedade independente desde 1975, com a paz estabelecida desde 2002 e que atualmente desenvolve-se em um mundo globalizado.

O trabalho, em suma, se limita a proposta de averiguar a resistência cultural angolana frente ao processo de globalização, fazendo uma análise de uma sociedade globalizada abruptamente, onde neste processo, angolanos lutaram por muitos direitos, inclusive, a sobrevivência de sua cultura. Ao fazer o paralelo entre o fenômeno global e as transformações culturais, diante do panorama histórico da sociedade em Angola, propõe-se a seguinte investigação: *De que forma a cultura tradicional angolana tem se mantido frente ao processo de globalização?*

1.2 OBJETIVOS

A seguir, serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados nesta monografia.

1.2.1 Objetivo geral

Consiste como objetivo geral do trabalho monográfico analisar de que forma tem se mantido as tradições da cultura em Angola, frente ao processo de globalização.

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de alcançar o objetivo geral da pesquisa, buscar-se-á desenvolver os objetivos específicos listados abaixo:

- Conceituar globalização, multiculturalismo, relações internacionais e cultura;
- Analisar os conceitos de Cultura e identidade cultural em um cenário globalizado;
- Destacar os impactos, sofridos através da globalização, na cultura angolana.

1.3 JUSTIFICATIVA

Não é necessário percorrer muitos quilômetros para localizar um restaurante que sirva comida japonesa ou italiana. Facilmente se encontra lojas onde estão à venda roupas e perfumes importados, assim como quando sintoniza-se uma rádio regional, a maioria das músicas que se escuta são em um idioma diferente do nativo, tudo isto sem relacionar a aproximação das nações através da internet. Em um mundo globalizado o multiculturalismo torna-se presente no cotidiano, ainda que se desconsidere sua influência, pois a cultura é um assunto contemporâneo e intrínseco no meio social. Assim como são visíveis as influências multiculturais de um mundo globalizado em nosso cotidiano, percebe-se que a Angola também foi passiva em sua história cultural por alguns fatores externos e internos, os quais se pontuará no decorrer da pesquisa.

Consta na declaração universal sobre diversidade cultural da Organização das Nações Unidas para a ciência e cultura, UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E CULTURA, 2002), que a cultura se encontra no centro dos debates atuais sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber. Cultura é uma preocupação contemporânea, que se refere tanto às experiências individuais como quanto as especificidades que caracterizam uma sociedade, sua importância é presente em toda a humanidade, por isso faz-se necessário o debate e aprofundar a reflexão sobre a importância do tema. Para a pesquisadora, o estudo sobre a Angola, com seu cenário que representa uma diversidade de espaços socioculturais e diferentes etnias, além do interesse sobre o assunto, também é importante para a compreensão do quanto às influências externas interferem em uma cultura local.

O fenômeno multicultural é presente na sociedade angolana, a atual e crescente aproximação entre culturas, leva a reflexão sobre quais seriam os impactos desse processo no meio social de Angola. A proporção de interação em diversas áreas na sociedade é cada vez maior com a globalização, sabendo-se as implicações deste processo, onde acarreta em mudanças na identidade cultural de uma sociedade, e, sua interação com o mundo, a discussão da temática agrega conhecimento, em virtude do “paradigma e suas utilidades”. Deste modo, o tema contribui para o meio acadêmico, bem como, para os estudantes de relações internacionais (CRUZ, 2011).

Ressalta-se que a cultura é uma temática na qual abarca todo o globo terrestre. Não apenas um exagero, mas também seria um conteúdo infundável, caso houvesse a tentativa de se escrever sobre os processos culturais no mundo globalizado. Sendo assim, concentrou-se no caso de Angola para se demonstrar os caminhos e descaminhos, bem como a luta cultural frente ao processo de globalização.

Ao aproximar a discussão, a questão cultural em Angola revela como o assunto não pode mais ser dissociado indivíduo, porque, mais do que em outras épocas, existe uma interação aproximada entre diversas nações. Assim, o tema torna-se relevante também para a sociedade, pois de fato, ao buscar um olhar refinado sobre a temática é possível identificar o processo cultural, com suas práticas, costumes, concepções e transformações. E combatendo-se preconceitos, surge uma plataforma firme de dignidade e respeito, compreendendo-se as particularidades dos determinismos macroeconômicos históricos e da realidade social (SANTOS, J. 2006).

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para melhor sistematização do projeto acadêmico, faz-se necessário estabelecer os procedimentos metodológicos, onde através do qual se empregam atividades que auxiliarão no melhor desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2010, p.65).

Para compreensão dos métodos utilizados, a seguir será classificado a pesquisa com base nos seguintes aspectos: a sua natureza, a abordagem do problema, seus objetivos e os procedimentos adotados pelo pesquisador.

1.4.1 Quanto à natureza

A pesquisa se caracteriza como básica ou pura, pois através deste trabalho se objetivam avanços no meio científico, todavia, sem aplicações práticas,

mas através do conhecimento teórico (LAKATOS; MARCONI, 2010). Ainda, segundo Appolinário (2009), pode-se afirmar que esta característica de pesquisa consiste na aquisição de conhecimento científico sem que haja finalidade comercial.

1.4.2 Quanto à abordagem

Sua abordagem é qualitativa, pois a coleta de dados se dá a partir de interação entre pesquisador e fenômeno, onde enfatiza o caráter descritivo através de coleta e análise de dados. Lakatos e Marconi (2010, p.86) denominam “a mudança quantitativa o simples aumento ou diminuição de qualidade, por sua vez, a qualitativa de um estado de qualidade para outro”. Deste modo, através de um campo e dimensão definidos, se mapeará a temática reduzindo a distância entre o leitor e o assunto abordado.

1.4.3 Quanto aos objetivos

Em relação aos objetivos, esta se trata de uma pesquisa exploratória, pois proporciona familiaridade com o problema, com a pretensão de torná-lo mais explícito, onde se aproxima de um caso através de conhecimento bibliográfico. De acordo com Gil (2002), pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias. Ainda segundo este autor, tais pesquisas envolvem além do levantamento bibliográfico, documentários, entrevistas e análises de outros exemplos que estimulem a compreensão do assunto.

1.4.4 Quanto aos procedimentos

Por fim os procedimentos adotados neste trabalho acadêmico podem ser entendidos como bibliográficos e documentais. Em sua base bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2010), procuram-se por fontes que já se tornaram públicas, prioritariamente científicas, contudo, pode ser analisado outros tipos de fontes como livros, jornais, artigos e audiovisuais para embasamento, nestes casos sobre o conteúdo não avaliado previamente pelo meio científico desenvolve-se uma investigação e análise pelo pesquisador.

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

O presente trabalho monográfico está estruturado em cinco capítulos, que abordam desde visões mais amplas, conceituando grandes temas como globalização e cultura até as reflexões mais específicas acerca do tema deste projeto, onde se retrata o caso Sociocultural em Angola. Os mesmos foram planejados e organizados de forma que o leitor possa envolver-se com o tema e melhor compreendê-lo.

No primeiro capítulo apresenta-se a introdução do projeto, onde estão expostos o tema e o problema, além dos objetivos, justificativa, procedimentos metodológicos e a estrutura da pesquisa. É exposto o cenário de multiculturalismo em que vivemos e apresentada a problemática a ser pesquisada nesta monografia que trata sobre os desafios da globalização para a cultura. O objetivo geral é apresentado e os objetivos específicos são delimitados para o alcance da proposta de questionamento colocada e após a justificativa, são esclarecidos os procedimentos metodológicos de pesquisa.

O segundo capítulo é dedicado à análise dos conceitos que servem como base para compreensão do tema deste trabalho. Deste modo, a autora propõe a apreciação, à luz de diversos autores, sobre os principais assuntos que se enquadram na questão. É feita a descrição dos conceitos globalização, cultura, multiculturalismo e um paralelo entre as Relações Internacionais e a temática cultural.

No terceiro capítulo será abordado a globalização e o hibridismo cultural na atualidade, onde é feita a reflexão sobre as implicações do fenômeno global nas diversificadas culturas em todo o mundo. Portanto, por meio desta análise se verifica de que forma a aproximação de distintas culturas e a intensificação da troca de elementos culturais ocorre em tempos de globalização.

O quarto capítulo aborda em específico o tema desta monografia, onde se analisa a história de Angola com foco em sua diversidade cultural e os impactos sofridos através da globalização. Nesta linha de abordagem, transcorre o histórico da nação africana, as influências externas sofridas pela cultura local e os efeitos globalizantes em tempos modernos sobre a cultura angolana, assim como a valorização e os meios de manutenção de suas tradições.

No quinto capítulo são dispostas as considerações finais do trabalho. Em um resumo do que foi pesquisado, se faz uma recapitulação da análise, onde se reflete sobre as informações encontradas e as conclusões resultantes. Encerra-se o estudo, verificando-se o aproveitamento do mesmo e o legado para pesquisas futuras.

2 DEFINIÇÕES DE GLOBALIZAÇÃO, CULTURA, MULTICULTURALISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS E CULTURA

Para cumprir a proposta da pesquisa, a fundamentação teórica do presente trabalho de conclusão de curso, segue-se a partir deste capítulo, onde à luz de estudiosos se seguirá o desenvolvimento da monografia.

É notório que o fenômeno global impôs grandes modificações na vida econômica, política e social, assim como nas múltiplas culturas espalhadas pelo mundo, ampliando suas dimensões e usos. Devido a isto, para a resolução da problemática deste trabalho, o capítulo a seguir propõe a explanação de diversas concepções sobre determinadas temáticas que levarão a melhor compreensão do assunto.

Através da análise de diversos autores em suas respectivas áreas e percepções conceituais, abordar-se-á conceito, histórico e diferentes teorias sobre o tema, pensando-se em primazia, na influência do processo globalizante, onde se introduzirão os temas de globalização, cultura e multiculturalismo.

2.1 GLOBALIZAÇÃO

O fenômeno mais abrangente da atualidade, a globalização, sobre o qual muito tem se discutido, envolve inúmeras dimensões e aspectos. Não por acaso, o tema se torna relevante, pois pode-se citar áreas como econômica, finanças, áreas que envolvam tecnologia, política e áreas culturais - entre outras - como alteradas por este processo global (FORJAZ, 2000). Contudo, mesmo em meio a tantas modificações nas relações internacionais, alguns teóricos discordam deste processo. Embora tanta polêmica, a temática possui relevância e merece ser desenvolvida.

A frequência e o volume da produção intelectual sobre este tema, no entanto, não significam que haja unanimidade ou convergência de pontos de vista. Pelo contrário a polêmica é intensa, e determinadas correntes de pensamento, em geral situadas à esquerda do espectro ideológico, consideram haver mais mito do que realidade nas constatações referentes ao processo de globalização (FORJAZ, 2000, p.39).

O que o mundo chama de globalização, na França, recebe o nome de mundialização, para o economista japonês Yuchi Tsukamoto, a palavra seria desfronteirização, para alguns estudiosos seria somente uma expressão para o

fenômeno financeiro, daí a expressão “globalização econômica”, contudo, diante de tanta afinidade nas demais áreas, surgiram outras expressões como “globalização esportiva” e “globalização cultural” (COUTINHO, 1998). Diversas expressões nomeiam o termo globalização, este, recebe diversos significados de acordo com os autores contemporâneos, que entre as suas expressões, possuem como objetivo comum demonstrar como o mundo vive sem fronteiras na atualidade.

Naturalmente, a globalização implica num diálogo múltiplo, com autores e interlocutores em diferentes enfoques históricos (IANNI, 2001), todavia, a partir deste fenômeno se cria uma nova condição de sociedade global, onde ocorre um processo pelo qual o mundo passa a ser uma unidade.

A descoberta de que a terra se tornou mundo, de que o globo não é apenas uma figura astronômica, e sim o território no qual todos encontram-se relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos – essa descoberta surpreende, encanta e atemoriza (IANNI, 2001, p.13).

O grande esforço em minimizar distâncias no globo, maximizar facilidade em negociações e melhoria no atendimento à pessoas de diferentes localidades, faz com que a globalização seja um termo que envolve completamente qualquer assunto na atualidade. Conforme Ianni (2001), a globalização esta presente na realidade e no pensamento das pessoas, despertando desafios para as sociedades nacionais e desafiando a opinião de seu povo.

Segundo Caldas (1998), a globalização se identifica como um processo e não como um fato consumado, devido à integração ativa e o vínculo interativo entre as sociedades, além das disparidades econômicas entre países, este seria um processo de constante curso. De modo simplificado, segundo este autor, a globalização refere-se ao processo gradual de eliminação de barreiras, sendo assim, podendo-se considerar o avanço das transações internacionais, o avanço tecnológico é cada vez maior interação entre povos.

A globalização tem sido alvo de amplo debate, mas permanece um conceito muito ambíguo, com, pelo menos, quatro significados distintos. A primeira perspectiva encara a globalização como sinônimo de internacionalização, realçando a intensificação da interação e a interdependência crescente entre países/estados. A segunda perspectiva estabelece um paralelo entre globalização e liberalização, através da eliminação de barreiras ao livre-trânsito de mercadorias, capitais e pessoas, desregulamentação e redução de restrições por parte dos Estados. A terceira vê a globalização como universalização, implicando a criação de valores e normas globais (por parte dos Estados) e a redução gradual das diferenças culturais (NEVES, 2010 p.14)

Identifica-se globalização como termo mais utilizado para explicar as atuais mudanças, tanto econômicas quanto sociais. Como o período não apresenta características fixas ou pré-definidas, é melhor compreendê-lo como um fenômeno em constante transição. Para conhecer esta realidade, precisamente no que ela é, torna-se necessário conhecer a história, como afirma Ianni (1999), “as tramas históricas e os movimentos insuspeitados e surpreendentes” fazem reconhecer a atualidade.

2.1.1 Surgimento da globalização

Para compreensão do fenômeno globalização, se faz necessário o conhecimento deste processo que, apesar de poucas décadas conhecido, é antigo. O processo de globalização pode ser dividido em duas etapas, a primeira, desde o ponto de partida que remonta às grandes navegações europeias dos séculos XV e XVI, que promoveu a consciência do “grande mundo” e a expansão das relações internacionais através do mercantilismo; e a segunda, a partir dos fatos que sucederam posteriormente a Segunda Guerra Mundial (MAGNOLI, 2003). Sendo assim, retomar-se-á fatos históricos que levam à distantes séculos passados para entender o atual fenômeno global.

A expansão comercial mercantilista, impulsionada pelas viagens dos descobrimentos, representou um empreendimento combinado, que associou o poder e a riqueza do Estado ao espírito de iniciativa dos empreendedores particulares. A colonização da América portuguesa, alicerçada sobre a distribuição de capitanias e sesmarias, e o monopólio das companhias de comércio holandesas sobre rotas do atlântico e do Índico ilustram o papel crucial da iniciativa privada na articulação do espaço internacional mercantilista (MAGNOLI, 2003, p.13).

Todas as atividades que se sucederam no século XVI, já configuravam uma forma de organização de espaço globalizado. A partir da proliferação dos monopólios comerciais e a estruturação das economias em busca de crescimento, houve o primeiro estágio do processo de globalização. A circulação de mercadorias e uma série de investimentos na área comercial levaram a Revolução Industrial do século XIX, neste período, houve o desenvolvimento dos transportes e comunicações, com isto, os investimentos externos se iniciaram, configurando na ligação de diferentes soberanias.

A febre da expansão comercial e econômica durou por um longo período, onde chegou e sobreviveu à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e passou por uma recessão no período histórico da grande depressão (1929), quando grandes nações como Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha, foram freadas, até alcançar a fase da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ao findar a guerra, abriu-se uma nova fase, onde a economia e a política no mundo tomaram um novo rumo.

Segundo Cobério (2003), o apogeu da economia americana ocorreu através deste período, a situação mundial no pós-guerra (1945), permitiu aos Estados Unidos superioridade produtiva e consequentemente, expandiu sua economia e reestabeleceu a demanda do restante do mundo. Neste período foram criadas instituições importantes como as Organizações das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que mais tarde daria lugar a Organização Mundial do Comércio (OMC), e o Banco Mundial, também ocorreu o acordo de Ialta² entre os Estados Unidos e a União soviética (acordo que culminou no muro de Berlim e na guerra da Coreia). Em prosseguimento, os Estados Unidos aproveitaram para criar o plano Marshal para a Europa Ocidental, assim como prestaram ajuda econômica para o Japão. Tais circunstâncias e fatos históricos levaram a aproximação de distintos países, onde ocorreu tanto união e expansão econômica, quanto militar, onde houve o surgimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) neste período. Infelizmente, os países do terceiro mundo não foram igualmente beneficiados, não participando desta fase de expansão.

Neste ínterim, as economias auxiliadas pelos Estados Unidos tornavam-se potencialmente perigosas, pois se estabeleciam e tornavam-se competitivas no mercado mundial, com isso no final da década de 1960, os EUA estagnou economicamente. Mais tarde, com a crise do petróleo e quebra de acordos internacionais, houve a criação do G-7 e uma política pelo mundo de redistribuição de recursos, na política, neste mesmo período surgia o “neoliberalismo”. Nesta fase o mundo experimentou uma queda geral de rendas e derrocadas de moedas, neste contexto desmoronou a União Soviética, rompendo-se o acordo de Ialta, consequentemente expandindo economias (COBÉRIO, 2003).

² Na conferência de Ialta, na Criméia, foi onde reuniram-se as principais potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial para redesenhar o mapa político mundial e as zonas de influência de cada uma (COBÉRIO, 2003).

Segundo Soros (2003), a década de 1990 foi marcada por importantes fatos históricos, onde alianças foram formadas - como na primeira Guerra do Golfo, 1991 - e surgiu a moeda Euro, que resultaria no importante bloco econômico da União Européia (onde atualmente, da euro zona, fazem parte 17 países). A expansão industrial está avançada, a área tecnológica e científica estão em crescente elaboração, onde resultam em melhores produtos. A comunicação expandiu a nível mundial e o mundo está cada vez mais conectado e interdependente. O termo globalização surge neste período, e desde então, tem constantemente revolucionado o mundo.

2.1.2 Características do processo de globalização

A globalização converteu velhas atividades, efetuou a adaptação e as transformou em novos hábitos e este sistema cresce e evolui de acordo com as necessidades humanas e exigências globais. Conforme Andréia Souza, em seu estudo, o grande avanço global deve-se ao período pós segunda guerra mundial, assim como o fim do socialismo, a expansão do neoliberalismo e com o avanço da União Européia, a partir destes acontecimentos, a globalização invadiu o mundo. Ianni (2001), em seu livro, menciona como estes acontecimentos levariam a um mundo globalizado.

Na época da globalização propriamente dita do capitalismo, o que se concretiza com o fim da guerra fria, ou a desagregação do bloco soviético, é a adoção da economia de mercado por praticamente todas as nações do ex-mundo socialista; nessa época ocorre uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo, como modo de produção de processo civilizatório. Uma transformação quantitativa e qualitativa no sentido de que o capitalismo se torna concretamente global, influenciando, recobrindo, recriando ou revolucionando todas as outras formas de organização social do trabalho, da produção de vida (IANNI, 2001, p. 184).

Krugman (1997) descreve a globalização como uma trama completa de relacionamentos de feedback, onde o sistema econômico envolvendo salários, preços, comércio e fluxos de investimentos se tornam globais (KRUGMAN, 1997, p. 51). A interação é um dos pontos chave da globalização, apesar dos agentes atuantes no meio internacional serem “por si” independentes, devido às constantes variáveis econômicas mundiais, quem atua no cenário internacional se obriga a adequar-se as diversas possibilidades, tornando-se interdependente.

Globalização, como afirma Caldas (1998), não é um fenômeno uniforme, que possa ser previsto e assimilado facilmente. O fenômeno que atinge o mundo é repleto de avanços em dimensão máxima, envolvendo desde a matéria prima aos lucros, onde para sobreviver em meio a este sistema é necessário produzir multifuncionalismo. Assim, admirado por uns e criticado por outros o processo de globalização inevitavelmente produziu efeitos transformadores tanto na economia quanto na sociedade.

Entre as grandes revoluções do período de globalização, que envolvem evolução mecânica, tecnológica, elétrica e explosão no comercio internacional, a revolução na informação e comunicação repercutiu notoriamente no processo, implicando nas mudanças em todas as áreas.

A revolução da informação ganhou notoriedade em suas evoluções, envolvendo a gama crescente de softwares, aparelhos de voz e vídeo, cabos, centrais e satélites, possibilitou um salto na unificação mundial. Toda revolução comercial e seus avanços devem isto a base tecnológica.

A etapa crucial dessa revolução foi ultrapassada a partir da configuração de uma autopista global da informação: a internet. A rede nasceu nos Estados Unidos, no longínquo ano de 1969, sob a denominação de Arpanet, a partir da interligação de pequenas redes locais operadas por centros de pesquisas de universidades. Entretanto, a sua expansão explosiva ocorreu apenas no início da década de 1990, com a difusão dos computadores pessoais, dos cabos telefônicos de fibras ótica e das empresas de serviço *on-line* (MAGNOLI, 2003, p.40).

Apesar do revolucionário sistema da internet não envolver completamente todas as partes do mundo, sua força e influência possuem forte atuação no sentido de padronizar comportamentos das demandas. A repercussão da internet, nesta era globalizada, torna-se direta e indireta: direta, por afetar a economia, o comercio internacional; e indireta, por afetar o inconsciente das pessoas, modificando hábitos e culturas.

2.1.3 Dimensão da Globalização

Conforme Bauman (1999, p.58), a idéia mais profunda transmitida pela globalização “é do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais.” A globalização demonstra-se um processo sócio-histórico complexo, que caracteriza múltiplas determinações onde três dimensões podem ser

destacadas como um reflexo de implicações e mudanças, sendo atingidas a área social, econômica e política.

As peculiaridades de cada nação, incluindo tradições e identidades culturais, são reflexo dos movimentos promovidos pelo processo de globalização. Conforme Ianni (1999, p. 237), as realidades sociais, econômicas e políticas, dinamizam conforme os acontecimentos mundiais.

Ocorre que o globalismo é produto e condição de múltiplos processos sociais, econômicos, políticos e culturais, em geral sintetizados no conceito de globalização e resulta do jogo de complexo de forças atuando em diferentes níveis da realidade, em âmbito local, nacional, regional e mundial.

A percepção das conseqüências paradoxais existentes na intensificação do processo de globalização, leva a uma maior possibilidade de compreensão da configuração global atual, onde percebe-se a desigualdade no seu alcance e a diferenciação nos seus efeitos.

Existem mudanças provocadas pelo processo globalizante na sociedade, economia e política, contudo não estamos em um mundo uniformizado. Portanto, conforme afirma Giovanni Alves (2001), globalização para muitos acaba por ser ao mesmo tempo, a promessa e a realização histórico-social do gênero humano.

Qualquer leitura (ou análise) do fenômeno da globalização que não procure apreender o seu sentido dialético – e portanto, contraditório - tende a ser unilateral, não sendo capaz de ver o fenômeno da globalização tanto como algo progressivo, quanto regressivo, tanto como um processo civilizatório, quanto como um avanço da barbárie, e tanto como a constituição de um “globo” na mesma medida em que tente a contribuir para a sedimentação de particularismo locais e regionais (ALVES, 2001, p.14).

Dentro da temática existem alguns conceitos tais como “globalitarismo”, “globalismo”, “globalidade” e “glocalização”, que são expressões utilizadas no debate das dimensões da globalização. Alves (2001), afirma que globalitarismo, diz respeito a ideia de totalitarismo de mercado. O que envolve a ideia de economia de mercado do pensamento neoliberal, difundida pela mídia e política na era global. Portanto a globalização, nessa perspectiva, é resultado de regimes globalitários, onde em uma nação globalizada, a esfera privada, com seu poder econômico, move a sociedade.

O globalismo caracteriza uma visão positiva do processo de globalização. Na visão de Octávio Ianni (1999), globalismo é uma configuração histórico-social abrangente, uma configuração da sociedade, na qual se movem os indivíduos e suas coletividades, com suas formas de vida, trabalho, visão e valores. Nessa

perspectiva, o globalismo faz com que a história passe a se movimentar como uma ideia universal. Ianni (1999) afirma que globalismo compreende tanto neoliberalismo como socialismo, desse modo destacando o poder de influência da globalização e colocando o globalismo como um resultado social da globalização.

Para Ulrich Beck (1999) globalidade abrange não apenas a economia global, mas também e principalmente as dimensões da cultura, da ecologia, da política e da sociedade civil. Beck (1999) afirma, que a vida e ação cotidiana, ultrapassam as fronteiras, tornando todos conectados e interdependentes. E expõe a seguinte reflexão, interessante para este estudo: Globalidade produz conexões e os espaços transnacionais e sociais, que revalorizam culturas locais e põe em cena terceiras culturas (BECK, 1999, p. 28).

Por fim, para Alves (2001), glocalização, diz respeito a compreender a globalização de forma mais local do que global, onde neste pensamento, discorda da ideia de globalização como um processo de negação do local pelo global.

Deste modo, seriam indissociáveis, por um lado, a generalização e a unificação de instituições, símbolos e modos de vida (por exemplo, McDonald's, blue jeans, democracia, tecnologia de informática, bancos, direitos humanos, etc) e, por outro lado, a redescoberta e a valorização, e mesmo a defesa das culturas e das identidades locais (islamização, pop alemão e rai norte-africano, o carnaval africano em Londres ou a salsicha branca do Havaí) (ALVES, 2001, p.28).

Nesse sentido, critica-se a globalização como um processo de homogeneização e valoriza-se o diferente de cada contexto.

Assim, ao se deparar com o complexo processo globalizante, verifica-se a necessidade de analisar de forma abrangente as dimensões atingidas pelo processo, que vão muito além da revolução econômica. As transformações em escala mundial ocasionadas pela globalização atingiram diversas áreas abrangendo as esferas econômica, política e repercutindo na sociedade.

2.2 CULTURA

Segundo Caldas (2008, p.11), “certamente, a mais antiga e mais recente obra do homem é a cultura”. O termo que envolve todo tipo de comportamento e acaba por orientar o indivíduo, torna-se cada vez mais um debate complexo, pois o homem, desde sempre, nunca deixou de produzir cultura, fazendo com que este conceito esteja presente das mais refinadas a cotidianas reflexões.

O termo cultura tem sido utilizado com os mais variados significados que lhe são imputados no meio popular, erudita e nacional. O conceito compreende muita coisa e a multiplicidade de abordagens e significados é fato marcante para o termo. A palavra em sua origem é latina, do verbo *colere*, que quer dizer cultivar, devido a este significado, comumente a expressão era utilizada no meio agrícola. Somente na Roma Antiga que a expressão ganhou significado de refinamento pessoal (SANTOS, J. 2006).

Assim como os enfoques e usos da cultura envolvem o cotidiano, a palavra também é utilizada em diferentes campos semânticos, substituindo outros termos como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e “ideologia” (CUCHE, 2002, p.203). Tornou-se comum ouvir o termo cultura em diversas outras expressões como “cultura-corporativa”, “cultura de oposição” e “cultura-agrícola”. Cabe então ponderar, que atualmente conceitua-se “a cultura” em distintas áreas de interesse. Sendo o indivíduo dotado de percepção, capacidade de definir, memorizar e classificar, faz-se necessário para tais capacidades o reconhecimento do ambiente em que se vive, devido a isto, considera-se o homem um ser cultural.

Todo o complexo que inclui diversos conhecimentos sobre cultura é estudado por pensadores em campos da sociologia e antropologia, os quais esclarecem a importância e quão distintivo é o conceito que demonstra que o comportamento das populações humanas é indiscutivelmente produto da experiência cultural. Para efeitos metodológicos, e compreensão a soma das diversas ideias que se encontra sobre esta temática, através de alguns estudiosos da área efetuar-se-á a análise para alcançar-se a nítida visão sobre o tema que possui múltiplos aspectos (BATISTA, 2010). Na Declaração universal sobre a diversidade cultural (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E CULTURA, 2002), a UNESCO reafirma que:

A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

Nesse sentido, portanto, a cultura contribui para produzir, através dos costumes partilhados, um sentido de coletividade. Os elementos culturais são significativos para modelar uma estrutura social. Conforme Elíbio Júnior (2008, p.74), “a cultura permite-nos traduzir melhor a diferença entre nós e os outros, e

assim fazendo, interpretar as diferenças e as complexidades da vida social”, assim, o conjunto de regras formado acaba por organizar e classificar sociedades.

Através do conhecimento cultural, o homem é colocado como algo “sublime” que não se pode comparar a nenhum outro animal. Por isso Huntington (1997, p.46) afirma que “civilização e cultura se referem, ambas, ao estilo de vida de um povo, e uma civilização é uma cultura em escrita maior”. Laraia (2009) afirma que cultura é mais que um padrão genético, cultura é um meio de adaptação, através da cultura se rompem barreiras e ocorrem transformações. Adquirindo cultura o homem passou a depender muito mais do aprendizado e a cultura passou a ser um processo cumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Sendo assim, pode-se considerar a cultura como um processo completo e complexo, que molda o ser humano, limita ou estimula.

Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante (LARAIA, 2009, p. 59).

A cultura é, portanto, um comportamento adquirido, onde se permite ao homem não somente adaptar-se ao seu meio, mas também conhecer-se a si próprio. Fukuyama (1992), em seu ponto de vista, afirma que o homem possui o constante desejo de reconhecimento e por isso produz cultura, Hoebel (2006), com um pensamento semelhante, afirma que o homem possui a capacidade de produzir cultura, e por sua vez, torna-se produto de suas culturas. Destarte, a cultura representa uma seleção de padrões comportamentais de determinado povo, onde uma sociedade é formada através de padrões habituais que são reconhecidos como identificador e característico. Reafirmando a análise, cita o pensador antropólogo Levi-Strauss (1989, p.397), que a “cultura é o conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei e costumes adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, afirmando assim, as diversas formas em que se manifestam a cultura.

2.2.1 Acepções do termo cultura

O uso do termo cultura é mais complexo, e abrange mais conceitos do que comumente se sabe. Dentro da temática cultura, existe uma rede de padrões relacionados que facilitam a compreensão dos muitos pontos aos quais a cultura está inter-socialmente conectada. Devido ao fato de as culturas constantemente se modificarem, é necessário ter em mente os conceitos de cultura real e cultura ideal (HOEBEL, 2006).

Segundo Hoebel (2006), cultura real compreende no que todos os membros de uma sociedade pensam ou fazem em sua rotina de vida, portanto, a realidade nunca é conhecida em seu estado total e real, pois é sempre transmitida e apresentada conforme o pensamento de cada indivíduo sobre determinada situação. A partir disto, a antropologia detém seus estudos sobre a cultura ideal, que consta nos padrões de comportamento de um povo expressos verbalmente.

O padrão de cultura de qualquer civilização faz uso de um certo segmento do grande arco das finalidades e motivações potenciais humanas (...) O grande arco ao longo do qual todos os comportamentos humanos possíveis estão distribuídos é demasiadamente imenso e demasiadamente cheio de contradições para que uma determinada cultura se utilize pelo menos de considerável parte dele (RUTH BENEDICT apud HOEBEL, 2006, p.20).

Agrega-se como sentido do tema a cultura objetiva (manifesta), que reúne todo o conjunto da obra humana, e a subjetiva (não-manifesta), que expõe padrões presentes em cada indivíduo. Assim como a cultura material, que consiste na habilidade de manipular um produto em busca de um resultado, diferenciando-se da não-material que é transmitida por ideias, crenças e conhecimentos transmitidos em hábitos intencionais.

Segundo Fernanda Lago (2006), citada por Elíbio Júnior (2008), das diferentes concepções de cultura ainda temos o sentido lato e estrito. No sentido lato é dado ênfase às diferenças nos modos de vida e valores que o indivíduo constrói, deste modo, é relativista e comparativa a forma de análise nesta perspectiva. Já no sentido estrito, percebe-se de forma universalista a cultura, como sendo comum a todos os homens, sendo a cultura no sentido estrito idealista e absoluta, promove para as gerações seguintes um sistema de valores com propósito e significado no mundo.

Apesar da prévia ordem que o padrão comportamental impõe em uma sociedade, os indivíduos possuem a possibilidade de aferir suas ações através das suas experiências de contato, atualmente, dentro e fora de sua comunidade. Cada

cultura, acaba por representar um padrão de potencialidades humanas, onde esta seleção se dá através de pressupostos dominantes e valores sociais. Assim formando paralelos entre local e global.

2.2.2 Identidade cultural

No atual contexto, articular em meio a um mundo globalizado a temática de identidade cultural, sem imaginar interferências ou confundir o assunto parece difícil. A identidade cultural tornou-se um enfoque dentro da temática cultura, pois em específico de forma exclusiva representa uma determinada localidade. A importância de se refletir sobre este tema vem à tona, pois o processo amplo de mudanças faz surgir novas identidades formatando um indivíduo moderno fragmentado (HALL, 2006).

Para Charles Tylor, citado por Castells (2001), “identidade é a maneira como uma pessoa se define, como é que suas características fundamentais fazem dela um ser humano.” Manuel Castells (2001), corrobora com esta linha de pensamento, contudo na forma atual, afirmando que nossas crenças e história são constantemente alterados pelo sistema tecnológico.

O surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo seu alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial está mudando e mudará para sempre nossa cultura (CASTELLS, 2001, p.414).

A identidade cultural envolve o compartilhamento entre indivíduos e grupos, de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, esportes festas típicas, entre outros. Identidade cultural não provém de nenhum fator biológico, mas como consiste em um processo dinâmico, sua construção é continuada, e se mantém através de várias fontes no tempo e espaço. Para compreensão da identidade Stuart Hall (2006), distingue três concepções diferentes, a saber, as seguintes: a) do Iluminismo, b) do sujeito sociológico, c) do sujeito pós-moderno.

Para o iluminismo, o conceito baseia-se na pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de razão, consciência e ação, onde o centro existencial e essencial do eu era a sua identidade, onde esta identidade encontra-se no individualismo. Para a concepção de identidade o sujeito sociólogo reflete no mundo moderno, onde o homem não é suficiente nem autônomo, por isso,

sua identidade é formada através de outras pessoas - as quais considera importante - que compartilham valores, sentidos e símbolos, ou seja, cultura. O sujeito ainda possui sua essência interior, mas esta, é formada e modificada e um constante diálogo com os “mundos culturais exteriores.”

Entretanto, Hall (2006) argumenta que são exatamente estas coisas que agora estão mudando o sujeito pós-moderno. O homem está se tornando fragmentado, composto de múltiplas identidades, não estabelecendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. No período pós-moderno, torna-se viável assumir diferentes identidades, pois a identidade é transformada constantemente pela forma que somos interpelados pelos sistemas culturais que nos rodeiam.

2.3 MULTICULTURALISMO

O ser humano nada mais é do que o resultado do meio cultural em que se vive, onde cresceu e foi socializado. Nas sociedades contemporâneas com a aproximação entre culturas, resultado do dinâmico processo da globalização, comunidades culturais passam a participar e ser reconhecidas pelo mundo. Atualmente, o homem assimila a importância do respeito a diferenças e considera a cultura como importante categoria no meio político. Com a ampliação dos campos econômicos e tecnológicos, e o crescente contato entre todas as partes do mundo, faz com que o estado moderno reconheça diferenças identitárias, que encontram-se em várias localidades do globo. O multiculturalismo e o pluralismo de culturas classificam as sociedades ocidentais contemporâneas (SCHNEIDER, 2009).

As noções sobre multiculturalismo variam de um lugar para outro. Algumas pessoas caracterizam o multiculturalismo como uma filosofia anti-racista, outras como a promoção a diversidade cultural e dos direitos das minorias, ou simplesmente enxergam o conceito como a reivindicação da neutralidade. Entre diversas considerações, pode-se conceituar o multiculturalismo como a existência da pluralidade de culturas em determinado local, contudo, como afirma López (2012), “não importa o modo de vê-lo, mas sim de efetivá-lo como um fim social.”

A partir dos movimentos sociais das últimas décadas, é possível perceber um clamor de reconhecimento por parte de grupos culturais singulares em meio a sociedade. A era globalizada expõe em seu conceito democracias liberais e fortes idéias de igualdade deste modo surge o multiculturalismo, termo que se opõe ao

processo de globalização hegemônica. O antropólogo Edward Tylor (2010), em seu livro, *Primitive Culture*, demonstrou-se preocupado com a diversidade cultural, onde aponta a importância de um estudo sistemático, de um tema que evolui e possui causas e regularidades.

On the one hand, the uniformity which so largely pervades civilization may be described in great measure, to the uniform action of uniform causes; while on the other hand its various grades may be regarded as stages of development or evolution, each the outcome of previous history, and about to do its proper part in shaping the history of the future (TYLOR, 2010, p.1).³

Diante desta realidade, de crescente modernização e processo de globalização em todo o mundo, pode-se concordar com a afirmação de Huntington (1997, p.19), que cita a política mundial como, ao mesmo tempo, “multipolar e multicivilizacional”.

2.3.1 Multiculturalismo e suas formas

Em sua concepção original, a expressão multiculturalismo designa “a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades modernas” (SANTOS, 2003, p. 26). Considerando a abrangência do termo, pode-se afirmar que o multiculturalismo também é um modo de descrever as diferenças culturais na era global, assim como, pode-se também associar o conceito a projetos e lutas baseados no reconhecimento das diferenças culturais.

É conveniente, para esclarecer o conceito, expor as diferenças entre multiculturalismo, pluralismo, universalismo e relativismo. O pluralismo, atualmente encontrado em sociedades democráticas e livres, é o estado em que há a convivência respeitosa e pacífica entre diferentes pensamentos, combatendo-se o pensamento único. Conforme afirma Giovanni Sartori (2001, p.115):

³ Por um lado, a uniformidade que tão largamente permeia entre as civilizações pode ser atribuída em grande parte a uma uniformidade de ação de causas uniformes, enquanto por outro lado, seus graus podem ser considerados como estágios de desenvolvimento ou evolução, cada parte da história anterior, faz parte da formação da história do futuro (tradução nossa).

Una cultura pluralista implica una visión del mundo basada en esencia, en La creencia de que La diferencia, y no La semejanza, El disenso, y no La unanimidad, El cambio y no La inmutabilidad, contribuyen a La buena vida.⁴

No multiculturalismo, existe a convivência de diferentes culturas e tradições em um país, região ou mesmo local, onde coexistem uma mescla de culturas e valores juntos. Observa-se que o multiculturalismo é pluralista, pois aceita diversos pensamentos sobre um tema (BRASIL, 2014). A relação entre o multiculturalismo e o universalismo e relativismo, é que a temática pode ser abordada tanto de uma quanto de outra forma.

O universalismo prega “a existência de valores, julgamentos, escolhas e comportamentos com valor absoluto para todos os homens” (SEMPRINI apud KRETZMANN, 2007, p. 14), ou seja, permite a propagação e convívio de diferentes idéias, desde que haja estabelecido um referencial comum entre os indivíduos. Enquanto na abordagem relativista, entre os diálogos culturais, tudo é aceito e considerado correto.

Em menor ou maior grau, o multiculturalismo está presente em todos os países caracterizados por democracias, onde habitam uma população heterogênea e onde existam localidades que possuam uma economia pós-industrial em vias de globalização. Em meio ao atual sistema mundial, todas as sociedades estão a tornar-se cada vez mais multiculturais (TYLOR, 1871).

2.4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E CULTURA

Recorrer a definições, talvez seja a forma mais difícil de apresentar em essência no que consistem as relações internacionais. Nas definições que se apresentam entre os autores da disciplina, por muitas vezes, se encontram diferentes determinações sobre o tema, contudo é possível estabelecer um ponto em comum e distinguir, entre os tópicos, a dimensão do assunto (CERVO, 2008).

As relações internacionais possuem um caráter múltiplo, em consequência de sua natureza multidisciplinar, orientando-se por diversos eixos como as ciências sociais, direito, economia, história e geografia, o que aumenta a complexidade de assuntos abordados entre a disciplina. Desta forma as Relações

⁴ Uma cultura pluralista implica uma visão de mundo baseada essencialmente na crença de que a diferença, não a semelhança, a dissidência, e nenhuma unanimidade, a troca e não a imutabilidade, contribuem para a boa vida.

Internacionais experimentam constantemente uma evolução em sua temática, conforme o fator temporal e as implicações que lhe são apresentadas. Deste modo, verifica-se a necessidade de manter foco em diversas áreas que possibilitem o avanço na compreensão do cenário internacional (RIZZI, 2005).

Conforme Pecequilo (2009), no estudo das relações internacionais envolve-se o conhecimento de acontecimentos nacionais e além das fronteiras estatais, fenômenos e atores deste imenso cenário. Para melhor compreensão da dimensão temática existente no campo das Relações Internacionais, existe o amparo de diversas áreas, como afirma Brailard (1990), citado por Pecequilo (2009):

Relações internacionais [...] constituem um objeto cujo estudo é hoje um local privilegiado de encontro de diversas Ciências Sociais [...] O que caracteriza propriamente as Relações Internacionais é o fato delas constituírem fluxos que atravessam as fronteiras [...] Podemos por em evidência a especificidade das Relações Internacionais definindo-as como as relações sociais que atravessam as fronteiras e que se estabelecem entre as diversas sociedades” (BRAILLARD, 1990, p. 82-83 e p. 86 apud PECEQUILO, 2009, p. 17).

As profundas transformações no cenário internacional, como globalização, regionalização e interdependência são alguns dos fenômenos que fazem parte do complexo das Relações Internacionais (RI). Na medida em que se extinguem fronteiras no cenário internacional, aumenta a essencialidade e a gama de estudos sobre o tema “que possui origens e fontes históricas, geográficas e socioculturais vastas e distintas” (CASTRO, 2012, p.52).

Daniel Colard, afirma que “o estudo das relações internacionais engloba as relações pacíficas ou belicosas entre Estados, as organizações internacionais, a influência das forças transnacionais e o conjunto das trocas ou das atividades que cruzam fronteiras” (COLARD, 1999 apud GONÇALVES, 2003, p. 5). Pode-se observar outro conceito de Joshua Goldstein (GOLDSTEIN, 1999, p.3 apud Gonçalves, 2003, p.5):

Estritamente definido, o campo das relações internacionais concerne aos relacionamentos entre aqueles governos do mundo, que são Estados membro da ONU. Mas esses relacionamentos não podem ser entendidos isoladamente. Eles estão fortemente conectados com outros atores (como as organizações internacionais, corporações multinacionais, e indivíduos); com outras estruturas sociais (incluindo economia, cultura e política doméstica); e com as influências históricas e geográficas.

O conceito definido por Phillippe Brillard e Mohamma-Reza Djalili, citados por Gonçalves (2003, p.5) diz que “as relações internacionais podem ser definidas como um conjunto de relações e comunicações que os grupos estabelecem através das fronteiras.” A realidade que envolve as relações internacionais é muito ampla, contudo, apesar das muitas definições é possível perceber que todas possuem o mesmo sentido, o qual é conferido pela ideia de relacionamentos múltiplos.

A visão sobre as RI supõe o estudo do conjunto de interações internacionais, todos os autores citados demonstram que as relações internacionais envolvem numerosos e variados atores em todo o mundo (GONÇALVES, 2003). Sendo assim, a disciplina de Relações Internacionais busca conhecer as relações internacionais, por meio disto, busca-se a compreensão do que é a realidade das relações internacionais na era global, o conjunto de ações de um estado no cenário internacional, a paz e guerra e as assimetrias entre sociedades, assim, também explorando o papel da cultura na atualidade.

No contexto da globalização, o internacional não pode mais ser pensado ao largo de suas interações com a cultura. Esta deve ser compreendida como uma dimensão constitutiva das relações internacionais, uma vez que suas inter-relações com a política, a economia e a sociedade configuram-se como forças motrizes das transformações em curso no sistema mundial (CRUZ, 2011, p.2).

O processo de globalização, e com base na rápida troca de informação apresentada na atualidade, a desfronterização dos estados, apresentam a cada dia novos temas e desafios a serem analisados no campo das RI. Desde o fator econômico, que conseqüentemente, influencia a sociedade envolvendo temas como produção, trabalho, ideologia; tecnologia e suas formas de uso; a esfera de sustentabilidade e meio ambiente. Cada um com sua temática resulta no envolvimento do fator cultural. Doravante, no campo de estudo internacional se torna cada vez mais necessário assuntos que antes pertenciam a outras áreas (PECEQUILO, 2009).

A classificação destas bases, que originam as divisões teóricas do campo das Relações Internacionais, não são consensuais entre a literatura, havendo uma razoável quantidade de terminologias para expressá-las: alguns autores tendem a dividir as escolas de pensamento somente entre realismo e idealismo, outros entre realismo, pluralismo e globalismo, existindo também a opção das teorias sistêmicas, da integração, da paz e conflito ou ambientais (PECEQUILO, 2009, p.27).

Os desafios impostos pela nova organização mundial, a era globalizada, colocam na pauta das RI a cultura, como importante debate a ser investido. Os novos atores em cena e as novas demandas no campo da política mundial, trazem à tona a reflexão sobre as diferenças e a tolerância. A complexidade do mundo de hoje abre caminho para uma abordagem que venha superar a dicotomia conflito versus cooperação entre distintas nações.

Como afirma Tolentino (2007), comumente e “equivocadamente” a questão cultural é deixada totalmente à cargo da antropologia. Octavio Ianni (1999) coloca que sem o estudo social, o mundo seria menos compreendido. Assim como a economia se encontra em tudo, a cultura perpassa suas singularidades para questões universais, deste modo, se faz necessário perceber que os problemas atuais são ao mesmo tempo nacionais, internacionais e transnacionais.

O mundo que envolve diferentes nações, idiomas e culturas é o mesmo que a partir do processo de desfronteirização mundial, prolifera as diferenças, mas não universaliza as igualdades, aproxima mas não unifica e confirma ao mesmo tempo que relativiza. O estudo das relações internacionais juntamente com a temática cultura, representa um avanço no campo de estudos dos direitos civis e político universais no campo social (TOLENTINO, 2007).

3 GLOBALIZAÇÃO: CENÁRIO DE CULTURAS HÍBRIDAS

Os impactos no meio social, que implicam em mudanças nas mais diversas áreas, é característica conhecida do fenômeno globalização. Presentemente, pode-se observar uma nova sociedade, que emergiu através de novos comportamentos, a partir do cenário de larga interação global. Decorrente deste novo quadro evidencia-se novas e semelhantes características culturais em todo o mundo (SILVA, 2003).

Em decorrência de um movimento que tem início há séculos atrás, as transformações geradas criam um ambiente cultural híbrido, pois além da miscigenação cultural propiciada pela globalização, a assimilação cultural é fator de destaque dentro desta temática. Deste modo, se faz necessário repensar conceitos e compreender a importância da cultura no contexto global (ARIZPE, 2001).

Conforme Mathews (2002, p.25), o modo de vida de um povo, chama-se cultura, assim como “as informações e identidades disponíveis no supermercado cultural global”. Diante deste contexto, o capítulo a seguir propõe analisar de que forma tem ocorrido a aproximação de distintos elementos culturais e como a globalização interfere nas distintas culturas existentes no mundo.

3.1 GLOBALIZAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL

A globalização, este fenômeno multifacetado, que reúne e interliga dimensões econômicas, sociais, religiosas, políticas e culturais, fez do singular um mundo diverso. É perceptível no que se refere aos processos de globalização notar grandes modificações com relação a identidades étnicas e diversidades culturais. Na era global, o cosmopolitismo⁵ é pregado e idealizado por muitas pessoas e no mundo onde a revolução da informação possibilita a constante troca e comunicação entre distintos grupos sociais a diversidade cultural em qualquer ambiente é comum.

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une — e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo “localizador”, de fixação no espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existências

⁵ Cosmopolitismo está associado a idéias do universalismo desenraizado, cidadania mundial e negação de fronteiras territoriais ou culturais (SANTOS, 2003, p. 436).

de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. (BAUMAN, 1999, p.6)

A globalização movimenta as pessoas e assim, as distâncias parecem não importar muito, conforme Bauman (1999), apesar de fisicamente parado, o homem, mais rápido que “jatos supersônicos e foguetes interplanetários”, salta para fora da sua localidade e tem acesso a qualquer lugar no mundo. Não existem barreiras que impeçam este círculo crescente que é a comunicação mundial e o contato entre diferentes localidades.

With this globalization has come an intensification and an acceleration in the frequency of "border crossings". In journeys both real and virtual, more people are now moving beyond their own nations and cultural territories, generating unprecedented levels of "cross-cultural" contact and encounter (SPINDLER, 2007, p.XIX).⁶

Segundo, Splinder (2007), pessoas são atingidas culturalmente em todo o mundo, onde, através do sistema global abriu-se uma janela que expandiu as possibilidades de contatos entre diferentes nacionalidades. A partir de estudos no meio antropológico, conheceu-se as implicações do fenômeno para com o meio “local” contra a opressão “global”, se tratando de aspectos culturais. Dentro desta análise, localização, conforme Santos (2002, p.72), é o “conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relações face-a-face, orientados para a auto-sustentabilidade”.

Sendo assim, por mais que a globalização pressuponha a localização, disponibilizando sempre margens para que determinadas ações locais sejam reconhecidas, da mesma forma e em maior intensidade o fenômeno global dissemina costumes e tradições introduzindo-os em novas sociedades, transformando-os em novos hábitos e parte da cultura local.

3.1.1 A aproximação das culturas

Cada vez mais no mundo, existe a abertura de espaço para diferentes expressões e identidade culturais atuarem em meio as sociedades democráticas.

⁶ Com esta globalização veio uma intensificação e uma aceleração na frequência de "postos de fronteira". Em viagens reais e virtuais, mais pessoas estão agora se movendo para além de suas próprias nações e territórios culturais, gerando níveis sem precedentes de contacto intercultural e de encontro (tradução da acadêmica).

Não existe nenhum tipo de regulamento que determine ou proíba a pluralidade de expressões culturais dentro de uma nação. Apesar da referência direta que possuímos de nossa localidade, como centro formador de nossos costumes, atualmente o indivíduo se enxerga como um cidadão global, e esta visão faz com que ele esteja aberto a aceitar novas tradições (HALL, 2006).

Hofstede (1997, p.25) afirma que “embora cada pessoa pertença a um grupo ou categoria diferente dos demais, inevitavelmente carregam várias camadas de programação mental consigo correspondente a diferentes níveis de cultura”. Como a cultura é fator presente em todo o redor, e levando em consideração que as culturas, consideravelmente, variam umas das outras, indivíduos de uma mesma sociedade podem agir diferentes devido a influências culturais exteriores.

Sendo a cultura algo adquirido e influenciado por compostos abstratos como valores, atitudes, ideias e religião, também influenciada por fatores como raça e identidade nacional e por elementos como educação e tecnologia, tais componentes moldam consciente e inconscientemente um indivíduo e conseqüentemente uma cultura. A seguir, conforme a figura, um demonstrativo de como a cultura pode-se chegar ao indivíduo.

Figura 1 - Pirâmide dos três níveis de programação mental humana



Fonte: HOFSTEDE (1997)

Cada nível, representado na pirâmide, possui determinado significado. A base, onde é representado o nível universal da programação mental (HOFSTEDE, 1997), é o que todos possuem em comum como, por exemplo, o amor, a raiva, a tristeza, a capacidade de observar, falar, entre outros, entretanto, o que cada um faz

com seus sentimentos é modificado pela cultura. O segundo nível representa características comum de uma localidade como a cultura, cada ser humano adquire estes costumes ao longo da vida, estando este em constante processo de aprendizado. Por último, o topo da pirâmide representa as características de personalidades, que podem ser tanto herdadas biologicamente como adquiridas pelo meio onde se vive, influência da programação coletiva e experiências pessoais.

Castells (2001) afirma que a construção da cultura se dá através de “fontes”, nas quais os indivíduos se identificam, sendo assim as influências externas, na atualidade, também tornam-se inspirações para formação de identidade cultural. Por isso, a partir do momento que determinada pessoa se identifica ou se exclui de novas características que lhe são apresentadas, fica propensa a absorvê-las ou não a sua cultura.

Segundo Baumam (1999, p.21), identidades culturais “flutuam pelo ar”, algumas, ficam à mercê de nossas escolhas, outras, são impostas pela mídia, tecnologia, imprensa e organizações dominantes. Devido a estes fatores, a preocupação ressaltada pelo fato de aproximação de culturas, vem pela possível perda de identificação com o local.

Os padrões de cultura apesar de, por um lado herdados, por outro, são aprendidos no processo de socialização, a partir disto, conclui-se que a cultura acaba por ser constantemente aprendida e através da globalização e a maior influência nos padrões sociais, a cultura tem cada vez mais a ver com o compartilhamento entre distintas pessoas no mundo.

3.1.2 Globalização versus Cultura

Considerando o fato de que a sociedade moderna caracteriza-se por ser uma sociedade de mudanças e a globalização como processo impactante que influencia transformações nas interações sociais. Pressupõe-se a globalização como uma perigosa ferramenta frente à identidade cultural. Se por um lado Samuel Huntington, em seu livro O choque das civilizações, aborda ser impossível pensar em uma cultura comum a nível mundial, autores como Francis Fukuyama (1992) e Octavio Ianni (1999) ponderam a aproximação das culturas através do processo globalizante.

Através do estudo de diversos autores, é possível perceber que a homogeneização cultural de forma total no mundo é pouco provável, contudo, o alerta permanece para as transformações que culturas tem sofrido através da globalização. Barroso (1999), acredita na possibilidade de padronização de determinados hábitos o que acarretaria em uma homogeneização global mínima. Neste sentido, o autor coloca a cultura global, de forma apropriada, como uma solução viável.

Ou seja, a Cultura Global em si tem que, primeiro, ser apropriada através de diversas identidades coletivas que lhe dão significado e neste processo a alteram, a criticam, a transformam seu significado e, às vezes a reexportam (BARROSO, 1999, p.175).

José Luiz dos Santos (2006), revela o poder da indústria em homogeneizar o modo de vida pelo mundo. O alcance mundial da cultura através do rádio, televisão e cinema, nivela de forma regionalista e molda características culturais locais. Essa influência que ocorre entre culturas acabam modificando não somente alguns aspectos superficiais, mas também, mudam estilos de vida, organização social, idioma e religião.

Os meios de comunicação de massa não só apregoam mensagens. Eles também difundem maneiras de se comportar, propõem estilos de vida, modos de organizar a vida cotidiana, de arrumar a casa, de se vestir, maneiras de falar e de escrever, de sonhar, de sofrer, de pensar, de lutar, de amar (SANTOS, 2006, p.69).

Giddens (2005), aponta como o movimento global possui o poder transformador de pessoas, informação, ideias e consequentemente, valores culturais. Este processo que abrange exclusão e inclusão seletiva de determinadas tradições, afeta fortemente sociedades, que inconscientemente, acabam preservando ou não a cultura local.

Segundo Marconi e Presotto (2008), a fusão de diferentes culturas no mundo atual, promovidas pela globalização, torna-se inevitável, e neste processo de aculturação⁷, sempre haverá uma cultura que se beneficiar menos (recebendo mais do que exportando) nesta troca. Sendo assim, a possibilidade de surgir uma nova cultura através dos intercâmbios de elementos culturais torna-se potencialmente possível, como evidenciado no período das grandes conquistas.

⁷ Processo cultural onde existe a fusão de duas ou mais culturas diferentes (MARCONI; PRESOTTO, 2008, p.46).

3.1.3 A troca de elementos culturais entre nações

Transculturação é um processo, no qual, há troca de elementos culturais entre diferentes localidades. Segundo Ianni (1999), o processo de transculturação gera a reafirmação e a diferenciação de identidades culturais, mesmo em meio ao fator de dificuldade que é o processo globalizante, para o meio cultural de determinada localidade, existe a manifestação da autodefesa, onde surge a preservação e recuperação de tradições, santos, heróis e monumentos entre outros.

É possível perceber ao longo desta leitura, que a cultura possui uma grande dimensão de contato e influência internacional. A dimensão prática desta temática pode ser compreendida através dos conceitos de aculturação, relativismo cultural e etnocentrismo, os quais, expõe a realidades sumamente importantes pelas quais passaram e passam diversas localidades no mundo.

A aculturação, segundo Marconi e Presotto (2008), refere-se ao processo de inter-relações ou contatos entre grupos de culturas diferentes. Neste processo existe o maior risco de predominância de determinada cultura, onde as culturas menores, menos conhecidas mundialmente e mais simples não são respeitadas em suas especificidades. Quando ocorre a aculturação em uma região, pequenas culturas podem ser dizimadas e extintas, sob o efeito do pretexto de serem inferiores e menos respeitadas que a nova cultura inserida no local.

A aculturação pode se dar através de quatro formas, sendo elas: a) assimilação, b) sincretismo, c) transculturação e d) dominação. A assimilação ocorre de forma pacífica e tranquila. Geralmente ocorre entre culturas que dividem a partir de um determinado momento um mesmo território, havendo uma “solidariedade cultural” como chamam os antropólogos. A fusão deste processo pode gerar uma nova cultura local, contudo, a assimilação não consegue extinguir os traços culturais que se relacionam. Pelo sincretismo, as culturas absorvem elementos religiosos, onde a cultura mais forte impõe sua religião e proíbe a manifestação de outros costumes religiosos. Na transculturação, existe a troca de elementos culturais, podendo ocorrer mesmo entre culturas distantes, sem imposições. E por fim, na dominação, através de força e violência, existe a imposição de uma cultura e o abandono de antigos hábitos e tradições. A dominação também pode ocorrer através de propaganda ideológica, esta, leva as pessoas, de forma inconsciente, a

abandonarem sua antiga cultura assimilando uma nova forma de viver totalmente diferente da sua (MARCONI; PRESOTTO, 2008).

Diferente da aculturação, o relativismo cultural, consiste em compreender as diferenças culturais, cada uma em seu contexto, não considerando nenhuma superior à outra. Cada povo tem direito a se expressar conforme suas tradições, e não existe razões para que haja interferências ou modificações em sua cultura. Frequentemente pregado por ações humanitárias, o relativismo cultural, apoia a conservação de diferentes padrões culturais como forma de se lutar contra injustiças e indiferenças entre povos. Já o etnocentrismo, de outra forma, consiste em considerar a existência de culturas boas e ruins, onde nesta perspectiva a inferioridade seria inata, pelo modo de vida social e cultural. Este, se manifesta através de discriminação, violência, hostilidade e atitudes de superioridade.

O costume de discriminar os que são diferentes, porque pertencem a outro grupo, pode ser encontrado mesmo dentro de uma sociedade. [...] Comportamentos etnocêntricos resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes. Práticas de outros sistemas são catalogadas como absurdas, deprimentes e imorais (LARAIA, p. 74).

Mesmo a compreensão sendo uma forte característica do ser humano, na maioria das circunstâncias, isto não ocorre de forma natural. Infelizmente, ao longo da história é possível perceber diversas formas de “invasão” cultural e falta de respeito. Estatutos e processos de colonização, que serão abordados nesta pesquisa, violaram de forma abrupta muitas culturas, modificando-as a força e impondo novos costumes sem nenhum tipo de consideração. Deste modo, as relações de troca entre nações, são fatores percebidos por todos, tanto na história, quanto na atualidade, assim como a sobrevivência e interesse em manter vivas as memórias transformadas no passado.

3.3 RESISTÊNCIA A HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL

Mesmo com a intensa troca e ligação intercultural a partir do movimento da globalização, conforme Castells (2001) existe uma linha defensiva que cultiva a identidade local. Desta forma, entre globalização e cultura, aplica-se um caráter reativo por parte da cultura, onde em prol da sua defesa de extinção, resiste à homogeneização cultural.

Diante de um processo de transculturação, onde na relação entre grupos distintos pode ocorrer uma forma especial de mudança, existe por meio de diferentes formas (como se viu anteriormente, no tópico 3.1.3) a possibilidade de imposições. Através da aculturação, ocorre a modificação nos padrões culturais, contudo, mesmo enfrentando-se alterações, os indivíduos tendem a manter e preservar algo característico de sua identidade (MARCONI; PRESOTTO, 2008). Deve-se lembrar, que há a possibilidade de uma cultura ser totalmente modificada, este processo possui o nome de deculturação, neste caso os traços culturais são totalmente substituídos (GIDDENS, 2005).

As modificações na cultura estão ligadas a fatores como inovação, aceitação social, eliminação seletiva, assim como os fatores desafiante que enfrenta diante à globalização, que são: seleção, adaptação e resistência. Diante deste confronto nascem os movimentos de nacionalismo cultural, que visam, mediante o mundo contemporâneo, a manutenção da cultura local. Preservando-se a essência de uma nação (CASTELLS, 2001).

Durante a história, muitos fatos como guerras, comércio e religião corroboraram para transformar o mundo, o meio social e consequentemente culturas, o colonialismo também foi um destes (CABAÇO, 2007). Através da colonização, houve um encontro entre diferentes sociedades que em seus aspectos se distinguiam grandemente, infelizmente, estes encontros se pautaram pelo desconhecimento, a falta de respeito e intolerância às diferenças. Assunto que será melhor tratado no capítulo quatro.

3.2 CULTURA GLOBAL

Cultura, este termo comum em praticamente todas as definições de uma civilização, onde é considerado o alicerce de uma sociedade, cada vez mais faz parte de diferentes definições que participam deste acelerado mundo global. Fazem parte desta base: sangue, língua, estilo de vida e religião, mas mesmo havendo elementos chaves que venham definir uma cultura, a atual realidade no mundo apresenta um processo de compartilhamento, que só a poucos anos é estudado, porém, é exercido há muito mais tempo.

Existe uma correspondência significativa de características culturais entre os povos. As missões cristãs, podem ser um exemplo de difusão de religião e

consequentemente cultura. Muito antes disso, com a expansão comercial ou até mesmo nas guerras, a troca de costumes já ocorria. Por mais que uma sociedade tenha tentado manter suas tradições locais intactas, os níveis de heterogeneidade cultural são presentes e comuns pelo mundo, ainda mais, nos dias atuais (HUNTINGTON, 1997).

As civilizações não têm fronteiras nitidamente definidas nem começos e fins precisos. Os povos podem definir – e de fato o fazem – suas identidades e, em consequência, a composição e as formas das civilizações mudam com o tempo. As culturas dos povos interagem e se superpõem. Também varia muito o grau em que as culturas das civilizações se assemelham ou diferem umas das outras. Não obstante, as civilizações são entidades que têm um sentido e, conquanto as linhas entre elas raramente sejam nítidas, elas são reais (HUNTINGTON, 1997, p. 48).

O termo cultura global, vem expor a questão da mundialização cultural através dos fluxos de informação possibilitados pela globalização. Conforme Costa (2004), o contato entre diferentes culturas não produz a homogeneização cultural, mas sim promove a diversidade e a possibilidade de culturas locais provarem o novo. Pode-se colocar a cultura global, como o aparato midiático que é capaz de penetrar e se infiltrar nos elementos cotidianos das pessoas, onde o global passa a fazer parte e ser tão natural quanto o local (SOUSA, L. 2011).

Para Reis (2003), a cultura global é formada pelo mercado, em contraponto a cultura local que provém do estado. Mediante a absoluta liberdade de escolha, dada aos indivíduos de nossa época, a cultura global se manifesta através do “leque de opções” dado pelos catálogos e propagandas espalhados por famosas marcas em todo o mundo. Observa-se através da cultura global a heterogeneidade de produtos e ideias, destacando-se como principais características da relação entre globalização e cultura, os diferentes instrumentos participantes de uma economia como televisão, internet e marketing, que divulgam elementos de diferentes partes do mundo.

Prepõe-se a noção de que a disseminação dos padrões de consumo e da cultura popular ocidentais pelo mundo afora está criando uma civilização universal. Essa argumentação não é nem profunda nem relevante. Através da história, modas culturais foram transmitidas de uma civilização a outra. As inovações de uma civilização são regularmente adotadas por outras civilizações (HUNTINGTON, 1997, p. 67).

As culturas locais e suas relações de troca, de fato, formam a cultura global. Costa (2004) coloca como detector de significados globais as grandes marcas, que também são poderosas formadoras de opinião, como a Coca-Cola,

Revlon, Louis Vitton, Mercedes-Benz e Nike. Estes símbolos são facilmente identificados em todo o mundo e produzem um cenário de familiaridade onde que se encontrem. Como parte deste ambiente global, também fazem parte, a inserção e adaptação de elementos de outras culturas.

[...] As pessoas podem se sentir “mais globais”, ou mesmo pertencentes a essa cultura global, ao acenderem um incenso, terem uma escultura africana, usarem roupas indianas, assistirem a filmes iranianos ou jantarem em um restaurante japonês (COSTA, 2004, p. 265).

No ponto de vista de Immanuel Wallerstein, apud Soldi (2012), através da cultura abre-se uma nova perspectiva de análise sobre o efeito da globalização nos Estados. Uma visão, que por muitos é despercebida, possui grandes impactos em uma sociedade, em sua economia e política.

O que pretendeu-se destacar neste tópico é o poder que a globalização possui ao permitir a troca de significados, símbolos e imagens, e o quanto esta promoção de diferentes elementos em diversas localidades do globo pode interferir em uma cultura. O aspecto primordial, aqui evidenciado, é o fato de a cultura global ser um agente diversificador, que distribui novidades facilmente assimiladas por diferentes indivíduos e incorporadas a sua cultura. Deste modo, as diferentes redes culturais espalhadas por todo o mundo acabam por interligar-se (SOLDI, 2012).

4 O CASO ANGOLA

Para se alcançar o objetivo geral deste trabalho e melhor compreender a temática lançada, neste capítulo se abordará um estudo, voltado para o âmbito cultural, sobre Angola. Discorrer-se-á sobre a história da nação angolana e o atual contexto do país.

Durante um longo período a Angola sofreu domínio e influências externas, além disto, o histórico de conflitos internos no período pós-independência, acarretou em significativas mudanças. No contexto atual, em um cenário globalizado, o país se reconstrói e cresce, indiferentemente, sob contínuas influências proporcionadas pelo sistema global.

Entre tantos fatos históricos e o presente, abordar-se-á a seguir, a permanência e a forma de manutenção de tradições e cultura em um cenário repleto de intervenções internacionais.

4.1 UM ESTUDO SOBRE ANGOLA

A República de Angola situa-se na porção sul do continente africano, com uma área de extensão de 1.246.700 km². Conforme Zau (2002), etimologicamente a denominação Angola, deriva de “Ngola”, nome que provém dos povos da dinastia de Ambundo. O quinto⁸ maior país da África, limita-se ao norte pela República Democrática do Congo, ao sul pela República da Namíbia, a leste pela República da Zâmbia e a oeste seu litoral é banhado pelo oceano Atlântico. O clima é distinto, apresentando um quadro climático desde temperado por efeito da altitude, seco devido ao deserto a tropical chuvoso nas savanas.

Segundo estimativas, pois o último censo oficial do país foi feito em 1961⁹, onde constatou uma população de 16.526.000, no ano de 2011 a população angolana era por volta de 19,6 milhões de habitantes, sendo que da população total, 59,1% ou 11,6 milhões fazem parte da zona urbana. As divisões e fronteiras ficaram demarcadas desde a independência, em 1975, onde o país é estabelecido em dezoito províncias (18), cento e sessenta e quatro municípios (164) e quinhentas e quarenta e sete comunas (547), que são equivalentes aos distritos brasileiros. A

⁸ Segundo Visentini (2012, p. 45), é o sexto país mais extenso da África.

⁹ Este dado diverge, conforme Menezes (1996), o primeiro recenseamento oficial foi em 1943 e constatou uma população de 3.738.000 de habitantes.

capital do país é Luanda e as principais cidades são Huambo, Benguela e Lobito (AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS, 2012).

Figura 2 - Mapa geográfico de Angola



Fonte: MAPA DE AFRICA. Mapa de Angola. Disponível em: <<http://mapadeafrica.net/mapa-de-angola>> Acesso em: 10 abr. 2014.

Em termos demográficos, o país possui uma população majoritariamente jovem, onde cerca de 50% tem menos de 15 anos, 60%, menos de 17 e 93% menos de 50 anos. Todavia, a expectativa de vida é baixa ao nascer, onde os indicadores apontam 42 anos de vida para o sexo masculino e 43 para o sexo feminino. Estes dados são menores se comparados com os 46 anos de expectativa para a população, em média, da África Subsaariana e 52 em outros países menos desenvolvidos (AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS, 2012).

Em contraste, o país possui abundância em recursos naturais, sendo o segundo maior produtor de petróleo e de diamantes da África Subsaariana. Com o fim da guerra civil em 2002, houve maior crescimento sendo atualmente a Angola considerado um dos países que mais cresce. Contudo, apesar de o governo ter

duplicado o valor do Produto Interno Bruto (PIB) do país, nos últimos três anos, a pobreza e a desigualdade ainda continuam com elevados índices (TELO, 2012).

De forma paradoxal, os índices da economia angolana contrastam com os tristes índices sociais. Apesar dos avanços econômicos desde o fim da guerra civil (2002), permanecem muitos pontos a melhorar, como infraestrutura, agricultura, a retirada total das minas terrestres que ainda representam perigo para a população, entre outras reformas que possibilitem segurança e estabilidade econômica para o país (AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS, 2012).

4.1.1 Uma sociedade multicultural

Representando uma diversidade de espaços socioculturais, a Angola apresenta-se como um país multicultural. Povoada por diferentes grupos étnicos, destacam-se os Bantu, Koishan e os Vatwa, sendo considerado como maior grupo étnico o Bantu, que abarca nove dos principais grupos etnolinguísticos, onde integram 122 subgrupos (TELO, 2012).

Antes da colonização, concentravam-se na região correspondente da atual república angolana, autênticas e distintas nações fundamentadas organizacionalmente em suas economias, políticas e sociedades.

Essa multiculturalidade deriva, principalmente, da delimitação despótica de fronteiras resultante da Conferência de Berlim para a denominada “partilha de África”, realizada entre as principais potências mundiais no final do século XIX. Na maioria dos casos, povos homogêneos foram separados e compelidos a dividirem espaços geográficos com outros grupos, muitos deles com costumes e hábitos díspares (TELO, 2012, p. 15).

A multiculturalidade angolana se explica nas diferentes culturas concentradas em um mesmo espaço geográfico, pois antes de ser colonizada e chamar-se Angola, este território pertenceu ao Reino do Congo, uma região de terras férteis, repleta de diversificados ambientes naturais, que estendia-se desde o Gabão meridional ao planalto de Benguela; e do Oceano Atlântico, até muito além do Rio Cuango. Como pode ser observado na figura a seguir, o Reino do Congo era povoado por pequenos reinos e conglomerados populacionais em uma vasta e rica terra (OGOT, 2010).

4.1.2 O Reino do Congo e o processo de colonização angolano

O Reino do Congo consistia em uma hegemonia, suas influências de poder atingiam as sociedades vizinhas que não possuíam a mesma população e sistema organizacional. O reinado era governado por uma rede de parentes, pois o rei, polígamo, além de possuir uma numerosa família, nomeava parentes para que governassem as províncias. Estes deveriam casar-se entre si, e assim sucedia a linhagem de poder (OGOT, 2010).

Sabe-se que no século XV, esta região da África Subsaariana, era uma sociedade bem organizada, com atividades que envolviam desde a religião até a agricultura. Apesar de não existir uma informação precisa de quando teria sido o primeiro contato entre africanos e europeus, o primeiro contato registrado, data de 1482, com a chegada do navegador Diogo Cão ao rio Zaire, com o objetivo de evangelizar e humanizar os povos além mar. Acredita-se que a partir deste fato, ambos os reinos mantiveram contato (TELO, 2012).

Cabe neste ponto colocar, que a expansão portuguesa através do mundo desconhecido, em especial na América e continente Africano, se justifica além da atração pelo desconhecido. É possível explicá-la através da pretensão de conquistas e da ação civilizadora que sua chegada, segundo o pensamento colonizador, traria às regiões alcançadas. Segundo a história, percebe-se que atingiram seu objetivo, onde o alargamento de sua fé tomou proporções tão grandes que atingiram tradições e cultura de Angola, o que será melhor abordado mais à frente (SANTOS, M. 1999).

Conforme Martins dos Santos (1999), ao retornar para Portugal, Diogo Cão levou consigo alguns nativos como prova de sua descoberta, não se sabe se estes foram livres ou escravizados. Assim como levou em seu retorno, o desbravador quando chegou na África estava acompanhado de degregados, a quem eram confiadas as missões mais perigosas, como entrar em contato com os mais longínquos ambientes geográficos e civilizar seus habitantes. A partir destes eventos, e o contato com o “novo”, trazido através dos portugueses, o povo admirou e passou a assimilar os costumes de Portugal.

Mais tarde, por volta de 1500¹¹, com o reinado de Nzinga Mbemba conhecido como Afonso I, aumentou-se o contato com o reino de Portugal, que acarretou em notáveis e crescentes mudanças. Primeiramente, envolvendo a religião. O rei que simpatizava com o catolicismo e com a cultura europeia, pediu a Portugal mais missionários. Com a entrada da igreja católica no reino, o catolicismo rapidamente foi assimilado entre a realeza, que já simpatizava com a religião, tornando-se rapidamente a religião do estado. O reinado de Afonso I, que durou 37 anos, foi o período de maiores transformações neste território, e aos poucos, o domínio português ultrapassou os limites eclesiásticos a eles concedidos. Neste período foi criado um regimento, onde em trinta e quatro pontos, Portugal declarava que introduziria as noções portuguesas na colônia, construiriam igrejas e ensinariam etiqueta da corte de Portugal (OTOG, 2010).

Em 1568, o Reino do Congo foi atacado por tribos rivais africanas e para não perder território neste conflito, pediu ajuda a Portugal, que enviou o governador de São Tomé com uma força armada para expulsar os invasores. Depois lutar e conquistar terras mais ao sul que não pertenciam ao reino do Congo, o governador ocupou o reino e fundou a colônia de Angola. Em 1575, foi fundada Luanda e os portugueses deram início ao sistema de prisão e tráfico de escravos (VISENTINI, 2012).

Conforme Telo (2012), independente de quem fosse o indivíduo habitante do reino congolês, exigia-se em um estatuto rigorosamente cumprido por todos (inclusive o rei), o respeito à vida, a terra e ao meio ambiente em geral. Existiam escravos no reino, contudo, eles em praticamente tudo se pareciam aos demais habitantes, onde poderiam contrair matrimônio e tinham direito a vida e a integridade física, podendo fazer até negócios. Todavia, estes que eram capturados em guerras ou devedores, não poderiam deixar nenhum bem para seus descendentes nem entregar para terceiros.

A partir da colonização de Portugal, “a diferença entre nobreza e os plebeus acentuara-se, à medida que a nobreza se tornava letrada e cristã, além de tomar parte no tráfico de escravos” (OTOG, 2010, p. 658). A população em geral passou a ser duramente explorada por essa nova nobreza e a vida sociopolítica transformava-se totalmente. O propósito de civilizar uma sociedade através da

¹¹ Entre os autores pesquisados as datas variam de 1490 (SANTOS, M. 1999) à 1506 (OTOG, 2010).

educação e religião começou a cair em desuso por parte de alguns “missionários”, e a prática de intercâmbio de pessoas e bens ganhou grande impulso.

Os reis que foram ascendendo ao poder, indicados muitas vezes pelos *mindeles*¹², a maior parte das vezes, não passavam de títeres e sempre que atentassem contra os seus interesses, ou eram mortos, deportados ou afastados do trono. Daí por diante as relações jamais foram equilibradas ou exercidas na base da igualdade entre ambos os reinos. Dali em diante, toda e qualquer pessoa ou grupo de pessoas que se manifestasse contra a presença portuguesa, era violentamente reprimida, aumentando a revolta e, ao mesmo tempo, semeando-se o medo (TELO, 2012, p. 40).

Interessado nas riquezas minerais - além do comércio escravo - da região, Portugal manteve-se presente, e conforme o passar do tempo foi tomando a região costeira do Congo, fundando cidades e estabelecendo costumes. Entre os altos de 1641 à 1648 os Países Baixos ocuparam algumas cidades, entre elas Luanda. Até a retomada do controle total da região por parte de Portugal, na segunda metade do século XVIII, chegavam em Angola missionários italianos e portugueses, além de holandeses e outros desbravadores marítimos que lidavam com o comércio internacional escravagista (OTOG, 2010).

Segundo Hobsbawn (1987), em seu livro “A Era dos Impérios”, o controle de colônias, que consequentemente controlava-se mão-de-obra e matéria-prima, trouxe grandes impactos entre as nações poderosas da época, que se transformavam em rivais e conviviam em disputa; além de resultar em grandes impactos sócio-econômicos sobre os territórios colonizados. Através da conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, as potências europeias acordaram sobre a partilha da África, contudo pode-se observar que a divisão que pretendeu evitar conflitos não mediu as consequências da exploração “além mar”, que além de outros fatores, acarretou no aumento de imigrantes e nos impactos culturais na região aqui estudada, em Angola.

4.1.3 A permanência do Império

A partir da delimitação de fronteiras, resultante da chamada “partilha da África”, o governo português ficou como metrópole do território colonizado onde hoje é a nação independente de Angola. Contudo, vale aqui ressaltar que, para hoje esta

¹² Palavra da linhagem familiar detentora do poder no Congo, NSÂKU e MPÂNZU, e quer dizer portugueses (TELO, 2012).

localidade ser uma identidade nacional, existiu um longo “processo” pelo qual passaram.

Segundo Telo (2012, p.15), “povos homogêneos foram separados e compelidos a dividirem espaços geográficos com outros grupos, muitos deles com costumes e hábitos díspares”. No espaço onde hoje corresponde a Angola, existiam no período pré-colonização tribos de diferentes etnias, que formavam sociedades independentes e organizadas. Foi através da ocupação não pacificada, que Portugal conseguiu impor a colônia.

Outro importante fato ocorrido, que aqui deve ser lembrado com maior atenção, por sua proporção de impacto na nação angolana, foi o tráfico humano escravo. A concepção dos europeus em torno dos africanos era gerada por meio de mitos, lendas e absurdos. Pelo fato de os portugueses pensarem que, os negros seriam inferiores aos brancos, motivou-se por muito tempo esta prática terrível que transformou um povo. Estima-se que cerca de 3.500.000 de africanos da região do congo teriam sido levados à força de seu país, por volta de 1490 a 1800 (TELO, 2012).

Uma vez mais, a essência da colonização [de dominar] é reforçada, classificando os povos como mais e/ou menos civilizados com o intuito de torná-los suas *imagem e semelhança*. O conceito de diferente foi conduzido em desigual, inferior, esquisito, estranho, aquilo que, apesar de não se compreender, precisa ser destruído (TELO, 2012, p. 48).

Portugal como metrópole, pode ampliar suas fronteiras, que antes ocupava em maior parte o litoral, para o interior de Angola. Conforme Visentini (2012), a partir deste fato além do território, cresceu também as taxas de imigração para o país.

Assim como resultado da Conferência de Berlim, Portugal ampliar sua presença com a demarcação de sua esfera no interior. Cresceu o número de colonos no território Angolano: em 1900, estimava-se que 10 mil colonos estavam em Angola, número que ascendeu a 80 mil em 1950 e, em 1974 ampliou-se para 350 mil (VISENTINI, 2012, p.47-48).

Durante o período republicano em Portugal (1910-1926), “Angola experimentou uma liberdade política que permitiu o surgimento dos primeiros movimentos políticos africanos” (VISENTINI, 2012, p.48). Onde surgiu o Partido Reformista de Angola e a Liga Angolana. Estes partidos reivindicavam interesses como a abolição do trabalho escravo e outros problemas internos da colônia, sem tocar no assunto “descolonização”. Contudo, com a queda da democracia em

Portugal (1926), o novo governo liderado por Salazar, causou mudanças, onde extinguiu organizações africanas com o objetivo de evitar ideias revolucionárias e sentimentos anticoloniais em Angola.

Mesmo em meio a um período onde o povo angolano viveu sob resistência, existiram inúmeras manifestações de revoltas contra o governo. As novas disposições do Reino do Congo, por hora uma colônia portuguesa, em nada se assemelhava ao que eram. Houve dificuldade por parte do colonizador, em compreender e conhecer o modo de vida dos diferentes povos localizados naquela região. O que acarretou em mudanças sociais.

No processo de colonização buscou-se por diversos meios o domínio do povo angolano e sua sociedade em geral. Com o objetivo de “evangelizar, assegurar a administração civil e pacificar o <indígena>” (TELO, 2012, p.46) com o passar do tempo surgiam novos regimentos a serem seguidos. “Enquanto se matinham a denominação de colônias, as relações que se estabeleciam entre estas eram de colono e colonizador” (TELO, 2012, p.49)

A (des)construção dos valores cultural, social, político e econômico de Angola caracterizou-se num processo histórico, profundamente influenciado pelas transformações políticas, econômicas que foram ocorrendo na geopolítica mundial (TELO, 2012, p. 52).

Em meio ao furacão de mudanças durante séculos, para alguns, as artes transformaram-se em armas de revolta. A música, a poesia, a literatura e até mesmo as festas eram a forma que o povo encontrava para manter-se unido e sobreviver a constante repressão por parte do colonizador. Mesmo havendo resistência, as influências externas tornavam cada vez mais frágeis as tradições locais (TELO, 2012).

4.1.4 Indigenato e Assimilação

O mundo caminhava para um novo contexto, e nas décadas de 1940 e 1950, o contato dos angolanos com as demais colônias africanas levou uma minoria de africanos educados a criticarem ainda mais o regime colonial. Neste ínterim, desenvolveu-se o movimento nacionalista e foram fundados o Partido Comunista de Angola (PCA), que surgiu das ideias do Partido Comunista Português e trouxe as ideias marxistas para Angola, União das Populações do Norte de Angola (UPNA),

que pedia a restauração do Reino do Congo, e posteriormente, União dos Povos de Angola (UPA), que mais tarde se tornaria a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) o segundo mais organizado partido revolucionário, somente atrás do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que possuía estrutura com escola de formação para seus componentes e contatos internacionais importantes. Por último surge o UNITA, criado por Jonas Savimbi que havia saído do FNLA, formado em sua maioria por etnias do sul (VISENTINI, 2012).

Depois da Segunda Guerra Mundial, a África ainda continuava sob comando ocidental. Contudo, como esta grande guerra também foi uma “condenação contra o projeto de pureza racial” (PEIXOTO, 2009, p.10), o meio internacional passou a considerar que todos os povos deveriam ser reconhecidos e independentes. Desta forma a ONU, através da Carta das Nações Unidas, estipulou que os membros que estivessem com o domínio de territórios cujo os povos não se governassem deveriam abrir mão disto, conforme o trecho da carta:

- a) assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e sua proteção contra todo o abuso;
- b) desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento;¹³

Enquanto outros países que mantinham poder colonial organizavam-se para terminar com o controle direto sobre suas colônias, Portugal que em 1946 teve sua entrada vetada na ONU, passou a investir incisivamente na manutenção de seu poder colonial, onde além de Angola estavam sob seu domínio Cabo Verde, Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau), Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Damão, Diu e Goa que formavam a Índia Portuguesa. A orientação portuguesa sobre Angola era orientada pelo Acto Colonial, em vigor desde 1930. Entre as pressões do meio internacional em 1951, criou-se a Constituição Política Portuguesa, que incorporou as definições do Acto Colonial e acrescentou-se diversos pontos, entre eles, as colônias passariam a se chamar a “províncias ultramarinas”, transformando em uma nação “pluricontinental e multirracional” (PEIXOTO, 2009).

¹³ Carta das Nações Unidas, São Francisco, 26 de junho de 1945. Disponível em: www.unicrio.org.br/img/cartadaonu_versointernet.pdf.

Figura 4: Portugal não é um país pequeno



Fonte: PENAFIEL. Câmara Municipal; GALVÃO, Henrique. **Portugal não é um país pequeno**. Disponível em: <<http://purl.pt/11440>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

Com a reorientação da política colonial, onde Portugal passa a substituir nomes como: “colônias” e “impérios coloniais”, por “províncias ultramarinas” e “ultramar”; começa-se o processo de constituir uma grande nação multirracial, “marcada pela mestiçagem e pela interpenetração de culturas” (CASTELO, 2012, p. 396). Consagra-se a assimilação cultural, sendo assim, criando-se em 1954 o Estatuto dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique. Tendo em vista que a política assimilacionista presumia e objetivava igualar as diferentes raças através da igualdade cultural, o Estatuto do Indigenato tinha o intuito de levar os indígenas ao caminho da civilização, e isto ocorreria com a absorção dos costumes europeus.

Diante das diferenças culturais dos africanos, vistas como sinais de atraso ou primitivismo, consideradas inadequadas ao modelo de modernidade ocidental, o discurso colonialista propunha a disseminação do modelo cultural europeu, entendido como superior de acordo com uma perspectiva etnocêntrica. [...] Portanto, nos termos legais inspirados por estas ideias, considerava-se indígena os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nas províncias de Guiné,

Angola e Moçambique, não possuíam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses (PEIXOTO, 2009, p. 25).

A partir disto, para possuir o status de cidadão português, o indivíduo negro precisava provar que era civilizado. Através de um processo de verificação de como era sua residência, seus hábitos, relações familiares e em meio à sociedade, sua forma de comer, vestir e vivência religiosa. Tradições africanas deveriam, pelo menos parecer, ser abandonadas. As exigências para “fazer parte” da nação portuguesa, de fato, apontavam o tamanho preconceito racial e cultural entre os diferentes países (PEIXOTO, 2009).

Ainda na década de 1950, Portugal adotou uma medida de povoamento do ultramar, com objetivo de consolidar a população portuguesa em Angola, começou uma política de imigração de uma população branca oriunda da metrópole europeia. Contudo, ressalta-se aqui, que o projeto foi um fracasso, pois a maioria dos imigrantes em determinado tempo retornava para Portugal, os resultados de influência cultural, cultivo da terra designada a eles e povoamento foram insatisfatórios.

4.2 COMPOSIÇÃO ÉTNICA

Com o objetivo de melhor compreender a complexidade cultural existente em Angola, além de conhecer as influências externas, é necessário emergir no quadro de múltiplas etnias que fizeram parte ou compõe o universo cultural angolano. Conforme Menezes (1996), antes da chegada dos portugueses ao Reino do Congo, remotamente, o território de Angola foi habitado pelos povos Bosquímanos, que posteriormente perderam as terras para os Bantos¹⁴. Não se sabe ao certo, cientificamente, a origem dos Bantos, admitindo-se que este povo imigrou da região onde atualmente é Camarões e Nigéria.

A ocupação da Angola por esses povos se deu por volta do século XIII e todo o conjunto cultural étnico de Angola é a expressão do posterior desenvolvimento da riqueza cultural criada pelos Bantos numa série de regiões (MENEZES, 1996, p. 93).

¹⁴ Essa denominação varia conforme o autor, entre Banto e Bantu. Segundo Zau (2002), a raiz *ntu* serve, para os povos ao sul do equador, como designação de homem, e o plural é a palavra *Bantu*.

A configuração de Angola é de uma estrutura étnica diversificada e complexa, a partir deste conhecimento, entende-se com maior facilidade a dificuldade enfrentada pelo povo angolano em manter uma tradição unificada e reconhecida internacionalmente, potencialmente em tempos modernos onde cada vez mais elementos culturais se cruzam.

4.3 O PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Enquanto colônia, conforme Capoco (2013), Angola era encarado por Portugal como um complemento econômico para o país europeu. Este tipo de interesse direcionado à África marcou uma intensa transformação que determinou fatores políticos e culturais neste país. Em um período marcado pela expansão industrial e progresso econômico perder uma colônia era fato impensado. Para Portugal a presença na África foi alimentada, além dos interesses econômicos, por também, interesses civilizacionais, culturais e religiosos que já vinham desde os séculos XV e XVI.

No fim do século XIX e início do XX, a luta pelo poder e domínio entre as potências mundiais da época sobre a África, fazem com que pequenos países que obtinham colônias, como Portugal, efetivassem de todas as formas sua ocupação nas colônias. O que fez sobressair às ideologias e o imperialismo político português, que revitalizou questões nacionalistas e culturais em Angola (CAPOCO, 2013).

Por parte destes grandes poderes, cada vez mais confiantes em si próprios, e procurando prestigiar a sua imagem, dominava uma consciência nacional fundamentada na ideia da “missão civilizadora” que se definia com maior ou menor interesse, segundo a importância estratégica dos pontos de ocupação e domínio, o grau de oposição ou de aliança em relação a outros estados coloniais. Com esta hegemonia, a história da África passava a integrar os capítulos da história da Europa (CAPOCO, 2013, p.45).

O ambiente político instável proporcionado no início do século XX no cenário internacional, fez com que o estado português cada vez mais se tornasse vulnerável dentro do território angolano. Uma deficiente ocupação militar em meio a comunidades estrangeiras e “indígenas nativos”, além dos países vizinhos como a Namíbia, que era colonizada pela Alemanha, representavam ameaças ao domínio português e abriam caminho para os revolucionários angolanos (MAZRUI, 2010).

A Angola esteve sob um domínio colonialista durante cinco séculos, que culminou após um período de guerra entre Portugal e as forças de resistência

angolanas, no período de 1961 até 1975, quando a MPLA, UNITA e o FNLA em simultâneo proclamavam a independência de Angola. Infelizmente, a tentativa de unificar a nação angolana sob uma só bandeira partidária, produziu uma guerra civil que só terminaria com o Memorando de Lwena¹⁵ em 2002 (NEVES A., 2011).

Conforme António Neves (2011), desde 1975, após a independência de Angola o país viveu um período de conflitos e disputas por legitimidade. Entender que o poder político e as autoridades religiosas, assim como os imigrantes e regressos a nação angolana tiveram importante papel para a formação do país é fundamental para fazer uma leitura do que consiste a sociedade do mesmo atualmente.

4.3.1 O Pan-Africanismo, a Negritude e a libertação da África

Considerado o mais importante movimento de pensamento político na África, o Pan-africanismo surgiu como uma corrente de pensamento que envolvia um conjunto de ideias de aspirações à liberdade. Iniciado no início do século XX, o movimento só se tornou notável nos anos 1950, por meio das conferências realizadas por grupos de intelectuais descendentes de africanos na Europa (MAZRUI, 2010).

Originalmente o movimento aparece fora da África, através de manifestações de descendentes de africanos que por conta da diáspora africana, se encontravam nas Antilhas Britânicas e nos Estados Unidos da América. Os teóricos Pan-africanos se uniam com o propósito de defesa dos direitos africanos envolvendo aspectos políticos, culturais e econômicos. Mesmo em meio a um cenário internacional onde a raça negra era desprezada, por volta de 1920, existia a ideia de emancipação e reconhecimento deste povo. Assim nasceu o movimento, com o ideal principal de que os africanos realizassem seu governo, por si mesmos (CABOTO, 2013).

Por meio dos ideais deste movimento, que pregavam uma África livre do domínio europeu, com um “governo dos africanos por africanos e para os africanos” (CABOTO, 2013, p. 52), aconteciam as conferências Pan-africanas e diversas

¹⁵ Acordo militar, firmado em 04 de abril de 2002, entre o MPLA e a UNITA, após a morte do líder da oposição Jonas Savimbi (TIBURCIO, 2009).

manifestações pelo mundo, que apoiavam os movimentos libertadores em Angola e outros países africanos.

Ao final dos anos 1960, os jovens afro-americanos foram os pioneiros no renascimento de um movimento internacional pela afirmação da identidade africana. Eles não somente assumiam com orgulho as suas origens, inspirando-se, em seu estilo de vida, nas tradições africanas – vestindo túnicas africanas, usando pérolas e braceletes, penteando-se à africana ou adotando nomes africanos –, mas, igualmente exigiam que o sistema escolar e universitário assegurasse um ensino sobre os negros (sobre a África e a diáspora). [...] estas medidas foram acompanhadas de múltiplas publicações (MAZRUI, 2010, p.861).

Enquanto no contexto internacional se difundiam os direitos e o patrimônio africano, em Angola ganhavam força os movimentos anti-colonial e nacionalista. Como corrente de pensamento anti-colonial, a Negritude teve importante influência, no qual também se inspiravam os movimentos revolucionários. A mobilização da população em torno do problema da discriminação e da repressão colonial já haviam se iniciado na criação dos centros culturais, por volta dos anos 1920, e as revistas Mensagem e Cultura, no pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Evidencia-se através destes fatos a importância dos movimentos culturais na luta de libertação angolana (VISENTINI, 2012).

Historicamente o movimento da Negritude nasce nos anos 1930 em Paris, por um grupo de sete jovens estudantes antilhanos, que se declaram sufocados pelo que a sociedade capitalista, cristã e burguesa sujeitava os negros. Seguindo a vertente do Pan-africanismo, o movimento Negritude através da literatura e dos ideais marxistas defendia a minoria negra elevando seu conjunto de valores. Deste modo, é possível perceber como a valorização e o reconhecimento da identidade cultural africana também tiveram papel importante, através da cultura literária, no movimento de independência. Tanto no movimento Pan-africano, quanto no Negritude os principais mentores – que saíram do continente africano por inúmeras causas como, escravidão e busca por melhor condição de vida – em sua maioria estudantes, também foram os principais combatentes dos conflitos armados pela libertação e independência de Angola (CABOTO, 2013).

Em 1975, em meio a onda de fervor nacionalista, violência interna entre nativos e estrangeiros, diferentes partidos angolanos na disputa pelo poder e conseqüentemente muita tensão interna, o MPLA, que obteve auxílio internacional de Cuba, em onze de novembro declara a independência angolana. Encerrando

assim a primeira etapa da guerra da libertação de Angola, pois a vitória no conflito interno, alcançada pelas tropas cubanas e o MPLA sobre as tropas UNITA e FNLA, serviu para proclamar o nascimento da República Popular de Angola e dar início a um conflito interno, patrocinado por forças internacionais, em uma nação repleta de problemas internos, diferenças tribais e necessidade de reconstrução social. Apesar do reconhecimento internacional como uma nação independente, a Angola iniciaria uma longa fase até encontrar um reconhecimento interno (VISENTINI, 2012).

4.3.2 Novas e contínuas circunstâncias após 1975

Diante de um pós-guerra, a nação Angolana se encontrava em uma situação econômica desfavorável, clima político instável, milhares de angolanos refugiados em outros países e um povo disperso. O MPLA tomou o poder em 1975, comprometido a fazer uma revolução social transformadora em Angola. O país necessitava de uma urgente mudança nas condições de saúde e educação, contudo, esta missão necessitava de muito mais que uma mudança de regime (VISENTINI, 2012).

Duas das principais metas eram a construção de um sistema nacional de educação – para combater o analfabetismo – e a criação de um sistema de saúde eficiente. Quando chegou ao poder, no entanto, o MPLA deu-se conta da difícil tarefa que tinha pela frente, isto é, fazer tal revolução num momento de massivos deslocamentos internos, declínio econômico e falta de mão de obra qualificada. [...] era necessário reverter a situação de privação herdada do colonialismo português (VISENTINI, 2012, p.79).

O governo enfrentava sérias dificuldades, não haviam profissionais capacitados suficientes para suprir as necessidades no país. Segundo Visentini (2012) a religião havia se tornado um empecilho também, pois muitos angolanos eram católicos ou protestantes e reconheciam o importante papel relacionado à educação feito pelos missionários. Nesta situação, em um governo guiado por ideais marxistas que via a religião como uma herança maligna deixada pelo sistema colonial, o governo se mantinha tolerante dentro de seus limites.

[...] o MPLA exercia controle sobre as atividades de grupos religiosos, registrando igrejas e organizações religiosas, abolindo a isenção fiscal para essas igrejas, banindo a seita das Testemunhas de Jeová sob alegação sob a alegação de que seus membros não aceitavam o serviço militar e ignoravam o Estado. O MPLA também dissolveu a Rádio Ecclesia, o que o levou a uma disputa com a Igreja Católica (VISENTINI, 2012, p. 81).

Inegavelmente, para a construção de um espírito nacional, de um autorreconhecimento como nação é necessário compartilhar traços culturais. Nesta análise sob o ponto de vista cultural de todo o processo constituinte em Angola, é possível notar a disputa entre os diferentes dentro de um mesmo território, o que desafiava a formação de um estado unificado. A UNITA e a FNLA no momento pós-independência continuaram em guerra contra o governo que tinha se instalado, o MPLA.

Devido ao apoio de países soviéticos, inclusive tropas cubanas em solo angolano, ao partido MPLA, os demais aproveitaram o cenário internacional de guerra fria e o não reconhecimento dos Estados Unidos à independência de Angola, para conquistar o apoio norte americano na manutenção da guerra civil. A sangrenta guerra que se estendia desde 1961 em busca da libertação angolana e neste contexto continuava posteriormente 1975, transformou-se em uma gigantesca luta popular e política. Em 1985, o partido FNLA se retira dos conflitos armados afirmando que o apoio externo ao conflito interno, revelava maiores intenções, além do apoio soviético ao MPLA e o apoio Estadunidense ao UNITA (CHERON; FILOMENA, 2008).

Aprofundando mais a análise, pode-se constatar que o conflito não se resumiu somente em diferenças políticas. Conforme Cheron e Filomena (2008) o MPLA possuía profundas relações com a etnia Kimbundu e a UNITA com a Ovimbundo, os maiores fatores para resolução do conflito se encontravam os diferentes traços culturais e na disputa de poder entre os diferentes grupos étnicos. Os três partidos que juntos iniciaram o conflito de libertação angolano se declaravam socialistas, com isto é possível perceber que a guerra civil que se estendeu depois da independência revelava um problema maior e mais intrínseco do conflito, as diferentes culturas em um mesmo território.

Constata-se aqui a internacionalização do conflito como um fator negativo para a resolução pacífica do mesmo. A disputa interna manteve-se acesa com o apoio externo – decorrentes conflitos ocorreram, internamente e com países vizinhos – tropas estrangeiras chegaram e se retiraram do território angolano diversas vezes, até realmente se estabelecer a paz, em 2002. Por meio do acordo Lusaka¹⁶, em

¹⁶ Em novembro de 1994, o MPLA e a UNITA assinaram um novo acordo de paz, em Luzaka, Zâmbia, que chamou-se Acordo de Luzaka. A partir deste evento, o Conselho de Segurança da ONU, aprova a resolução 976,

1994, tropas de paz da ONU efetivaram o desarmamento das guerrilhas e em 1997 se forma e toma posse o novo governo, Unidade e Reconciliação Nacional. Mesmo em um ambiente de resoluções, Savimbi mantém guerrilhas opostas ao novo regime. O fim de um longo período conflituoso somente se estabelece (em 2002) com a morte de Jonas Savimbi pelas forças armadas de Angola (CHERON; FILOMENA, 2008).

4.4 O IMPACTO IMIGRATÓRIO NA CULTURA ANGOLANA

Desde o início da colonização, Portugal possuía o anseio civilizatório sobre a colônia. Conforme Castelo (2012b) a instalação de portugueses em Angola vinha sendo discutida desde meados do século XIX, e a fixação da raça branca era encarada pelos colonizadores como condição indispensável à civilização da colônia. A partir do século XX que se intensificou a colonização de famílias portuguesas, isto ocorreu a partir do melhor conhecimento de zonas favoráveis a este procedimento, onde a aceitação por parte dos nativos era favorável e as condições climáticas e da terra oferecidas pela região de destino favorecessem a estabilidade do emigrante.

Conforme Peixoto (2010, p.04) o modelo ideal de colono baseava-se na ideia de que deveriam ter bom aspecto físico, saber ler, escrever e possuir um ofício, entre outros requisitos como demonstra o trecho a seguir:

[...] Era indispensável que o colono fosse saudável, robusto e relativamente jovem para suportar a aclimatização aos ambientes tropicais mais hostis. As mulheres, desde que possuíssem boa resistência física, eram vistas como elementos essenciais a colonização porque da sua presença dependia a manutenção da dignidade dos colonos em África, o afastamento de todas as tentações e vícios imorais, a reprodução da família cristã.

Apesar das exigências, nem todos os portugueses enviados a Angola possuíam todos os requisitos exigidos. Muitos portugueses preferiam emigrar para a Europa Central ou Brasil, por isso se tornava difícil à colonização no território africano. Entretanto, o desenvolvimento econômico da colônia, acelerado após a Segunda Guerra Mundial (porque dispunha de produtos importantes e valorizados no mercado internacional como café, petróleo, o minério de ferro e diamantes), atraiu a entrada de estrangeiros em Angola (PEIXOTO, 2010).

e cria a 3º Missão de Observação do Processo de Paz para monitorar a desmobilização de tropas e auxiliar o governo.

Na colônia, a segregação racial separava os negros de brancos em todos os âmbitos da vida privada e pública, baseando-se em hierarquias raciais. De fato, os colonos eram enviados para proteger caráter racial e a cultura branca dos colonos, e exterminar o mundo indígena promovendo a ideia de superioridade das tradições europeias. Paradoxalmente, mesmo sob um sistema de assimilação forçada, a consciência cultural se manteve, todavia, mesmo a questão imigratória de portugueses não ter ganhado grandes e efetivas proporções em Angola, os reflexos do sistema de valorização do estrangeiro abriu caminho para a introdução de elementos culturais na cultura africana (CASTELO, 2012b).

Através do fenômeno chamado por alguns autores de euromundo, onde a expansão europeia através do processo de domínio europeu sobre outros povos globalizou um universo cultural, Portugal por meio de suas formas de efetivar seu colonialismo referenciou o modo civilizacional dentro da colônia e abriu caminhos para a formação de um estado multicultural (CAPOTO, 2013). Assim como migraram na época colonial, portugueses mobilizados para a “manutenção” da colônia, saíram de Angola muitos africanos em busca de melhores condições de vida e formação científica, tanto na época da diáspora africana quanto no período de conflito no pós-independência.

O fenômeno de emigração dos angolanos é fortemente ligado à história política do país, marcada por longos períodos de conflitos. Por diferentes motivos as emigrações – em maior escala – para fora do território africano ocorreram desde 1991 a 2002. “Cada uma destas etapas marcou de forma decisiva a dinâmica migratória da população angolana, a nível interno como externo, em busca de segurança e realização social” (JANUÁRIO, 2007, p.70), claramente é possível distinguir os motivos das retiradas, assim como se percebe este movimento em três fases.

O primeiro período migratório ocorre de 1960 a 1974, quando grupos estruturados, geralmente famílias, localizados nas fronteiras norte e leste fugiam para outros países africanos, que já eram independentes, em decorrência da repressão do regime colonial. O anseio por novas oportunidades de emprego, desenvolvimento social e em muitos casos de liberdade era a busca destes que migravam em sua maioria para Zâmbia, Congo e Botswana. No segundo período, a partir de 1975 até 1991, fatores associados ao processo de descolonização, fizeram com a população nativa e portuguesa melhor qualificada profissionalmente deixasse

o país. Neste período o impacto econômico foi grande, de um total de 310.000 pessoas que retornaram a Portugal, cerca de 121.000 eram em sua maioria jovens angolanos com formação de alto nível acadêmica e profissional (sem contar os que se refugiaram em outros países). O terceiro período migratório ocorreu de 1991 a 2001 e foi o período de maior êxodo angolano, o que conduziu a uma extrema perda de capital humano qualificado e prejudicou a estruturação e funcionamento de instituições no país.

No chamado período pós-eleitoral [...], ao contrário dos antecedentes, a guerra tem lugar com grande intensidade em todas as cidades e vilas, com a consequente destruição de infra-estruturas, além de perdas de vidas humanas. Esta fase também se distingue pela espontaneidade e a massividade com que as populações se refugiaram para os locais mais seguros incluindo os países vizinhos e também mais para mais distante. [...] como Portugal e Brasil (JANUÁRIO, 2007, p.72).

O caso de Angola revelou múltiplas contribuições para induzir a imigração internacional de seu povo. Contudo, a situação atual do país sul africano, propicia um ambiente para o retorno dos angolanos, assim como recepciona a entrada de estrangeiros interessados em viver no país. O que mantém o ciclo de diferentes elementos culturais que formam a nação de Angola.

4.4.1 Influência externa através dos regressos angolanos e estrangeiros

Conforme Said (2011) o mapa político do mundo contemporâneo possui como uma das suas principais características o grande número de refugiados, imigrantes, deslocados e exilados. Consequência dos grandes conflitos imperiais e pós-coloniais. Na medida em que estas pessoas transitam entre sua pátria e o novo Estado, inevitavelmente tornar-se-ão interculturais.

O retorno gradual de muitos angolanos ocorre em diversos períodos e por distintos motivos. Contudo, após 2002, com a paz estabelecida no território angolano e a reestruturação econômica e social do país, estes fatos atraíram inúmeros regressos angolanos, assim como estrangeiros interessados em novas oportunidades. Com o fim dos conflitos, em um período de um ano se inauguraram escolas e hospitais por todo o país, novas infraestruturas e edificações se espalhavam rapidamente pelo estado e a incorporação de angolanos e estrangeiros com formação no exterior se tornou necessidade (ANGOLA, 2013).

Conforme Palacio, em seu documentário Angola Ano 0, quem chega ao país almeja implementar o que fora dele deu certo. Nesta fase de transição, os estrangeiros que migram para Angola, buscam proveito no seu potencial econômico e aproveitam o cenário de expansão e crescimento, neste caso influenciando a cultura local, com a abertura de diversos negócios e a exposição de uma diversidade de modelos (aqui se lê desde os diferentes modelos de negócios a marcas e produtos externos) antes desconhecidos pelo povo.

Os angolanos que retornam para sua pátria voltam repletos de um novo mundo do qual pertenceram, as experiências vividas e o conhecimento adquirido se chocam com a realidade dos que ficaram. É neste contato que ocorre a troca de informação e se abre caminho para a aculturação, neste momento a vontade de melhorar o estado também contribui para mudanças. Pelo fato de não haver uma nação consolidada em tempos de globalização, a identidade cultural nacional – revelando resquícios do passado colonial onde os angolanos eram considerados atrasados – acaba por ser sucumbida pelo novo, em “prol” do crescimento (ANGOLA, 2013).

Assim como elementos culturais são adotados por quem passa a integrar um novo país, uma demanda de novidades culturais cria um ambiente de mudanças. Em um estado que cursa uma nova trajetória, o fenômeno de aculturação se intensifica. O fato do povo angolano ser receptivo e multicultural em essência, torna-se um fator facilitador para a assimilação de novos costumes.

4.5 INTERFERÊNCIAS NA RELIGIÃO

As Religiões Tradicionais Africanas (RTA) são estudadas, sobretudo, desde o século XVIII. Segundo António Neves (2011, p. 133), a palavra “feiticismo” surgiu em 1760, em uma obra de Charles de Brosses que estudava o assunto, “chama-se feiticismo ao conjunto de crenças, cultos e ritos dos negros da África que visam à adoração de objetos materiais, a que se atribui o nome de feitiços”. Apesar das várias conotações as religiões africanas, como paganismo, ancestralismo e superstição, a expressão RTA é atualmente usada e aceita para designar todas as crenças negro-africanas.

A interferência na religião de Angola teve seu primeiro impacto no período colonial. As tribos, como os Bantos, organizavam suas sociedades à volta do chefe,

este obtinha todos os poderes, incluindo o legislativo, judicial e religioso. Com a colonização e a troca de indivíduos no poder, os impactos na religião e vida social provocaram consequentes mudanças. Através destas mudanças, se introduziu novas variáveis à vida deste povo (NEVES, 2011).

O cristianismo possui papel de destaque como influente nas transformações africanas. A partir dos missionários, que tinham como missão ensinar além da religião a educação ocidental e novos costumes, que deu-se início nas transformações sociais. Conforme Boahen (2010), onde o cristianismo lançava raízes, eram abolidos deuses e crenças locais e os sacerdotes e outros curandeiros ou manipuladores do sobrenatural deveriam procurar outras profissões.

Terras antes reservadas aos deuses e aos duendes tornaram-se disponíveis para a lavoura e para o estabelecimento de instituições sociais, como escolas, hospitais etc. As jovens gerações foram para a escola ou aprenderam novas técnicas que as qualificavam para empregos [...]. E, como a maior parte desses empregos era oferecida nas cidades, a conversão ao cristianismo podia, de fato, incitar a viver nas zonas urbanizadas. Ou, [...], alguém podia partir para uma cidade a fim de melhorar de situação, embora continuasse firmemente a religião tradicional. Com o tempo, no entanto, a separação física dos lugares de culto e dos ritos religiosos da família, bem como as pressões sociais e psicológicas do novo ambiente, acabavam por transformar o indivíduo numa espécie de cristão (BOAHEN, 2010, p. 573).

Outrossim, cabe ressaltar que a sociedade africana não foi somente influenciada pelo catolicismo, as transformações sociais abarcam um continente que obteve influências eurocristãs e islâmicas. Na figura abaixo, para maior conhecimento, é possível observar a repartição da África em estimativas religiosas.

Figura 6: Religiões na África em 1990



Fonte: História Geral da África VIII (MAZRUI, 2010, p.609).

É interessante observar, que mesmo com a intensa presença do cristianismo durante o longo processo de colonização, e no período pós-independência, representado em maior parte pelo catolicismo, Angola constitui-se em uma nação plurirreligiosa, fato que nos remete a grande miscigenação cultural neste país. Todavia, segundo Mazrui (2010), é o cristianismo que possui e melhor ilustra o papel de transformação social em Angola.

Além das missões católicas, em 1878 na cidade de São Salvador foi implantada a missão batista, Baptist Missionary Society (BMS), que depois expandiu-se por mais territórios. Também se fez presente e se inseriu em Angola atraindo oponentes ao colonialismo o Islã, onde mesmo sob preconceito, propagou sua mensagem. Paralelamente, movimentos religiosos diversos eram criados,

misturando costumes locais com doutrinas estrangeiras. E assim se multiplicavam as denominações religiosas em Angola (PEREIRA, 2013).

Embora existentes desde o início do século XX, as igrejas de movimentos independentes incluindo-se aqui as pentecostais, messiânicas ou milenaristas e outros diversos tipos de seitas, desenvolveram-se e difundiram-se em toda a África, inclusive em Angola, a partir dos anos de 1960. O interessante a ser analisado nestas religiões é que podem ser divididos em categorias, primeiramente, alguns grupos religiosos podem ser associados a movimentos sociais e de independência dos países africanos, como a Igreja dita dos Aroti ou “sonhadores” do Quênia. Uma segunda categoria pode ser formada por religiões que se consideravam neotradicionalistas, que misturam elementos emprestados das práticas tradicionais da África, como a organização conhecida por “DiniYa Musambwa” ou “religião dos ancestrais”. E por fim os movimentos que declaram-se monoteístas e rejeitam as religiões tradicionais, como a denominação “Igreja do Espírito”. Mazrui (2010) atribui o surgimento e expansão de tantas religiões em um limitado território à total falta de oportunidades de expressão da população na área política e social.

Em meio a um universo de reconstrução, o fato religioso em suas diferentes vertentes possui uma inegável influência na história de Angola e dos africanos em geral. A multiplicação das confrarias religiosas revela a marca sociocultural deixada por diferentes povos dentro da sociedade angolana. Contudo, mesmo enfraquecida, a religião africana permaneceu viva. Desta forma, a religião, mostra sua face transformadora e seu importante e influente papel em uma sociedade (PEREIRA, 2013).

Conforme documento do departamento diplomático americano¹⁷, atualmente, a constituição consagra a liberdade religiosa no país. Através do Artigo 10º da constituição promulgada em fevereiro de 2010, o estado reconhece e respeita os diversos grupos religiosos existentes em Angola, fazendo-o assim um país laico.

4.6 INTERFERÊNCIAS NO IDIOMA

Não há sociedade sem linguagem. Está pode ser manifesta através de uma forma única de idioma ou uma diversidade de línguas, que ainda, podem variar

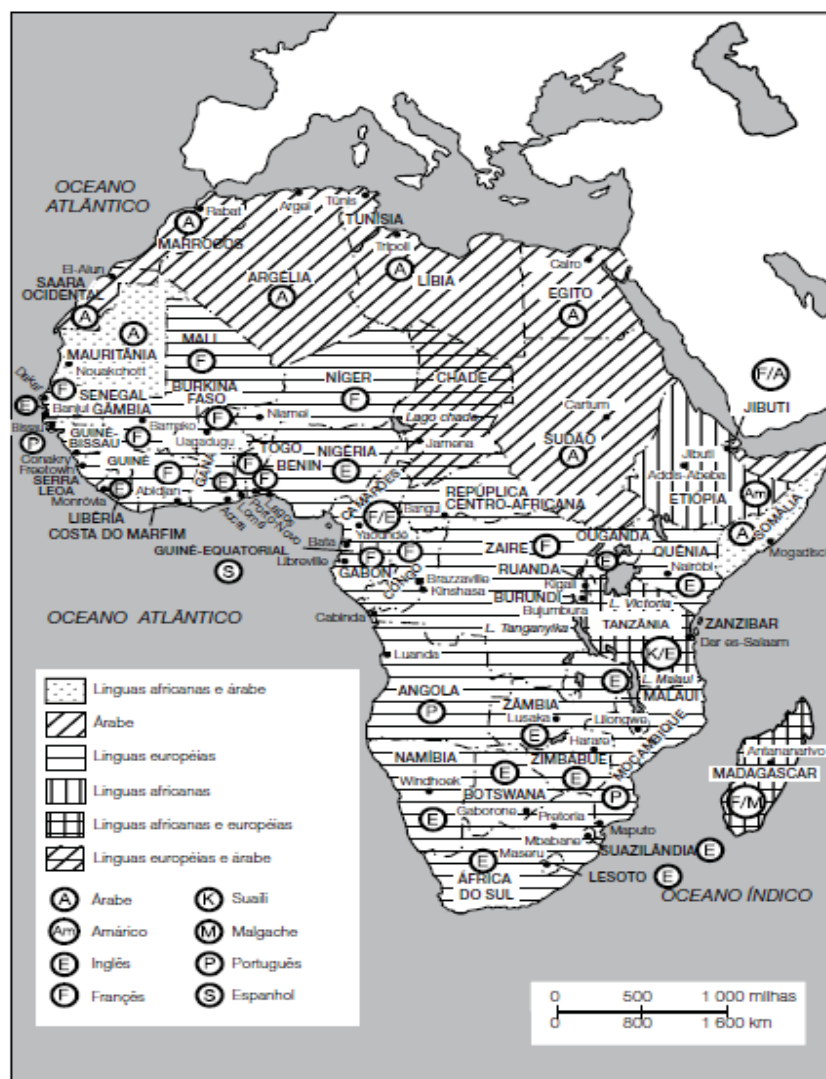
¹⁷ Documento que retrata a legislação angolana e refere-se ao sistema religioso no país. Disponível em: <http://www.state.gov/documents/163950.pdf>

conforme tempo e espaço. A diversidade de conceituação do termo língua, em determinadas circunstâncias, cria um ambiente de distinção entre idiomas oficiais e específicos. Deste modo, língua e dialeto podem apresentar certa ambiguidade de sentido, e por via de alguns paradigmas suas definições parecem contraditórias, entretanto, o que deve ser claro é que estas denominações aplicam-se diferentemente e não de forma oposta e hierárquica (MANÉ, 2012).

Frente ao perigo da assimilação, as nações africanas colonizadas sofreram grande interferência em políticas linguísticas. Com Angola não foi diferente, além dos impactos coloniais através de imposições e estatutos, como o Estatuto do Indigenato (já visto anteriormente), os desafios não desaparecem na atualidade. Agora a luta é para a preservação dos dialetos.

No período colonial, a cultura tradicional em Angola sofreu repressão e racismo, consequentemente, acarretando em mudanças sociais. Neste âmbito, as línguas nativas foram reprimidas e deixadas em segundo plano. Em todo o continente africano se vive uma época de assimilação, principalmente nos últimos anos de colonialismo no século XX. Viver como o colono, comer, vestir e falar fez parte das aspirações do colonizado para se fazer integrado a sua própria sociedade. Na figura abaixo é possível verificar a diversidade de novos idiomas que se estabeleceram no continente africano (MAZRUI, 2010).

Figura 7: Repartição das línguas oficiais da África em 1990



Fonte: História Geral da África VIII (MAZRUI, 2010, p.638).

Da necessidade, os idiomas nativos em Angola se adaptaram ou passaram a ser dialetos, em segundo plano, dando lugar a primeira e oficial língua, o português. Para Castells (2001), um idioma plenamente desenvolvido, gera reconhecimento e moldes como os que estabelecem as fronteiras de uma nação, só que menos arbitrários que os limites territoriais, e mais abrangentes que a exclusividade de descendência étnica. Analisando este pensamento, compreende-se a abertura assimilacionista dada pelo povo Angolano. Contudo, mesmo em meio a intempéries, este povo manteve sua diversidade linguística.

Conforme Zau (2002), além do idioma oficial português, a Angola se dividiria em mais 93 dialetos. Segundo uma tabela publicada pela UNESCO (MAZRUI, 2010, p. 643), onde apresenta os principais idiomas de 46 países africanos, a nação angolana se dividiria entre o português e mais 10 diferentes

idiomas. Outrossim, ao conversar com um angolano, estes números podem variar. De fato, o país possui uma imensa diversidade linguística.

Para se assegurar a preservação e o respeito às minorias linguísticas surge em 1996, em Barcelona, A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos¹⁸, um projeto promovido pelo Comitê de Traduções e Direitos Linguísticos do PEN Clube Internacional e pelo Centro Internacional Escarré para as Minorias Étnicas e as Nações (CIEMEN), projeto que visa o apoio e a defesa dos direitos de diferentes idiomas. Para nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde existe uma diversidade de idiomática considerável, a declaração horizontaliza as bases de princípios entre os países e propriamente dentro da nação. Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), se estabelece formas de cooperação entre a língua portuguesa e os outros idiomas nacionais (ZAU, 2002).

Atualmente, Angola é um país que convive com uma série de línguas nacionais, com uma variedade linguística com características muito própria e em meio a um mundo globalizado. A atenção para a manutenção e preservação dos dialetos tradicionais de Angola, surge em um cenário onde o indivíduo aprende um idioma na escola, em casa e na rua se comunica de forma diferente, no rádio e na televisão tem contato com outras expressões, e assim em meio a dificuldades e semelhanças, transfere em meio a estas trocas elementos entre as diferentes línguas (GASPAR, 2012).

4.6.1 A influência midiática

Segundo Said (2011) existe uma expansão desenfreada de diversas formas de controle cultural, uma delas é a mídia. Na era global, a internacionalização dos meios midiáticos e a influência dos meios de comunicação ocidentais tendem a subordinar e influenciar culturas menores ou de menor expressão no cenário internacional.

Os novos meios de comunicação têm poder de penetrar mais profundamente numa cultura “receptosa” do que qualquer manifestação anterior de tecnologia ocidental. Pode resultar um enorme estrago, uma intensificação das contradições sociais dentro de sociedades hoje em desenvolvimento (ANTHONY SMITH apud SAID, 2011 p. 443).

¹⁸Disponível em: www.unesco.org/cpp/uk/declarations/linguistic.pdf

Com a globalização e a crescente promoção global surge a necessidade de se discutir a importância das línguas nacionais na comunicação social. No cenário mundial, prevalece a expressão dos maiores grupos étnicos, valorizados e reconhecidos no meio social. Neste âmbito, as minorias sociais acabam se subordinando aos segmentos dominantes desta sociedade.

Pequenas questões subjetivas servem como fator de influência no contexto atual. A necessidade eminente de estar próximo e pertencer ao mundo globalizado, faz com que a mídia se torne um importante instrumento integrador de diferentes povos. Sendo assim, características locais são deixadas de lado para dar espaço ao globalizado.

Para melhor ilustrar os impasses sociolinguísticos e a interferência que permanece, hoje através da globalização midiática, como exemplo citar-se-á o Jornal de Angola¹⁹ (JA). Silva (2010) faz uma comparação entre o JA com o jornal Folha de São Paulo, os dois jornais possuem circulação diária em versões impressa e online, ambos escritos em português. Através da análise feita por Silva (2010), mesmo em diferentes contextos sociopolíticos e culturais, os jornais se assemelham em suas abordagens, seu *layout* e expressões. O que remete ao impacto da globalização em sociedades pluriculturais como o caso de Angola.

Chama a atenção o fato de um conhecido meio de informação no país, sabendo-se a importância da mídia para a manutenção linguística, não divulgar reportagens em outros dialetos, se não o português. Em tempos modernos, ampliar horizontes se faz necessário, todavia, valorizar e preservar um idioma é cooperar com a manutenção cultural de determinada localidade.

Ora, sem o desenvolvimento prioritário destas línguas, não é cabível, para a África e os africanos, alcançarem um desenvolvimento econômico endógeno e a promoção sociocultural, em prazos humanamente aceitáveis. Mais do que nunca, no início do terceiro milênio, o tempo urge contra as línguas africanas (MAZRUI, 2010, p. 660).

Conforme Mazrui (2010) as línguas africanas sofrem mutações implacáveis em tempos de modernização e urbanização acelerada no continente. O domínio de idiomas estrangeiros nos campos da comunicação mundial e a sua utilização no cenário nacional, criam numerosos desafios para que a cultura nacional não se perca. Levando em consideração que Angola possui uma população jovem e

¹⁹ Disponível em: www.jornaldeangola.sapo.ao

que vive em um país em um acelerado ritmo de crescimento, é válida a preocupação com o seguimento lingüístico tradicional.

4.7 CONSCIÊNCIA CULTURAL NA ATUALIDADE: O CONHECIMENTO E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL

É evidente que a nação angolana desenvolveu-se sobre a dualidade em termos de angolanos e portugueses, sob a violência da coerção e violência da assimilação. A intensa repressão no período colonial fundamentou a evolução e defesa da identidade africana, que foi expressa através de um sentimento de repúdio contra a dominação cultural. A partir dos conflitos libertadores nasceu o espírito de autodeterminação e o reforço da valorização de uma cultura própria em Angola (CAPOTO, 2013).

A cultura do colonizador, que era dita como civilizada e superior, deveria ser assimilada e difundida em substituição a cultura local. Esta postura orientou a sociedade angolana por mais de cinco séculos, sendo intensificada no século XX, e fez com que a cultura local sofresse transformações. No caso português, além de transformar seu império em uma grande nação pluricontinental e multiracial, acirrou a disputa e conflitos raciais (PEIXOTO, 2009).

Para o povo angolano, durante um longo período, obter o título de cidadão e ser reconhecido em sua sociedade foi necessário abdicar de suas tradições. Por outro lado, nem mesmo os “assimilados”, obtinham direitos plenos e não se livraram do preconceito. Paradoxalmente, esta opressão impulsionou a reflexão e conscientização social, cultural e política. Através de movimentos libertadores vindos de todo o mundo, a nação angolana ganhou forças para lutar pela sua independência.

Todavia sem ignorar as conseqüências históricas e atuais, o povo angolano possui uma identidade própria e orgulha-se de sua cultura. A trajetória do povo angolano foi repleta de mudanças, o que interferiu em seus costumes, e por esta perspectiva se reconhece a necessidade de manutenção cultural em um período de intensa globalização mundial e estabelecimento da nação angolana.

Na atualidade a África não é mais atingida pelo colonialismo, porém, países como a Angola, enfrentam o desafio de se estabelecer econômica e socialmente, edificar uma nação em uma era globalizada. No contexto pluricultural

angolano, manter vivos pequenos traços culturais de minorias étnicas tornou-se um grande desafio. Manter as diferenças existentes sem transformar isto em um novo conflito ou divisão na sociedade angolana, implica na não hierarquização das culturas e de grupos sociais, bem como a “distribuição equilibrada de poder no seio da sociedade global” (ZAU, 2002, p. 169).

Fernandes Neto, diplomata angolano, recentemente em Londres, relembrou a importância da cultura de seu país, que manifesta-se em diversificadas danças, tradições, artes e idiomas de origem Bantu. Neste evento (colóquio sobre a diplomacia cultural, 2013), o embaixador referiu-se também a importância da preservação da cultura, frente ao processo de globalização, “cujas ideologias trazem elementos estranhos, que enriquecem e debilitam os valores culturais e normas sociais de qualquer país” (FERNANDES NETO, 2013).

Desta forma, Fernandes (2013) afirma que o governo de Angola tem adotado uma política de fomento e desenvolvimento cultural que visa minimizar os impactos decorrentes da globalização – sem recorrer a práticas contrárias aos direitos humanos ou a movimentos que venham causar prejuízo à nação angolana no meio internacional – debruçando-se sobre temas relacionados ao estado multicultural angolano, assim como que envolvam as dimensões inter-disciplinares de cultura.

A atual Ministra da Cultura de Angola, Rosa Cruz e Silva, afirma que a preservação e valorização do patrimônio cultural, que envolve o material e imaterial, deve ser de responsabilidade coletiva, objetivando no futuro uma leitura comum e plural da história angolana.

Segundo a ministra, a defesa e a conservação dinâmica da herança patrimonial deve ser tida como um ato comum e responsável, pelo que não pode ser apenas concebido no âmbito das políticas públicas, mas também pela integração de iniciativas particulares, no âmbito da sensibilização das populações sobre a importância de se conservar estes bens (MINISTRA..., 2014)

Na província de Huambo, o docente universitário Venceslau Cassessa sugeriu ao governo que o ensino de línguas nacionais seja mais extensivo, desde o ensino primário a universidade. Em declaração ao jornal Portal de Angola, o também historiador, lamenta a perda gradual de dialetos no país e reforça a importância da manutenção dos diferentes idiomas para a preservação do imenso repertório que

envolve desde antigas canções a tradições e lendas da cultura angolana (HUAMBU..., 2014).

Boaventura de Sousa Santos (2006) afirma que povos indígenas e imigrantes foram os que mais sofreram com a descaracterização de suas diferenças através da homogeneização cultural globalizante. Entretanto, à medida que os direitos de cidadania são conferidos a estes povos sua identidade, essência e existência permanecem.

As políticas de assimilação nunca impediram a continuação das diferenças culturais e religiosas ou outras. Apenas impuseram que elas se manifestassem no espaço familiar, agora assumido como privado, ou quando muito, no espaço local do lazer, do folclore, da festa. Necessidades e aspirações culturais e emocionais ou comunicativas específicas, fossem elas religiosas, étnicas, de orientação sexual, etc., puderam manifestar-se em espaços híbridos entre o espaço privado e o público (SANTOS, 2006, p. 293).

Conforme Zau (2002) o fenômeno de revitalização das tradições recria-se constantemente. A cada nova geração que nasce ocorrem mudanças e isso se acentua no mundo globalizado. Como uma premissa na atualidade, os diversos elementos e informações que circulam em nosso contexto tecnológico e moderno, fazendo diferentes culturas interagirem, dão margem para a introdução e transformação em qualquer cultura local. Deste modo, pode-se afirmar que o hibridismo cultural tem o poder de criar novos moldes a uma cultura, e portanto, a manutenção de costumes e antigas tradições se faz necessário para que não se perca a identidade cultural de um povo.

Desta forma a mudança cultural que ocorreu e inevitavelmente permanece atualmente, deve ser acompanhada de uma política de mudança consciente da necessidade de investimento em aspectos sociais, educacionais e de proteção a esta temática.

Em virtude da constante metamorfose global, por meio de um projeto de construção nacional, onde se visa a proteção das minorias étnicas, assim como a desconstrução da inferioridade desenvolvida sob o jugo de repressão e promoção e o reconhecimento da diversidade sócio-cultural para a unificação do país, serão supridas as necessidades para a permanência da diversidade cultural e das tradições de Angola (SANTOS, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso visou tratar da questão cultural no cenário globalizado, onde cada vez mais se intensificam as trocas de elementos que anteriormente caracterizavam somente determinadas culturas, e hoje, através da globalização são considerados familiares em diferentes localidades no mundo. Diante disso, foi feita a análise sobre Angola, país africano que depois de um longo período repleto de intervenções internacionais, se estabelece e desenvolve-se em um cenário mundial de crescente globalização.

Para se chegar à análise da problemática levantada neste trabalho, onde se questionou – de que forma a cultura tradicional angolana tem se mantido frente ao processo de globalização – buscou-se averiguar a importância e dimensão da temática cultural atualmente. Deste modo iniciou-se a reflexão sobre os temas centrais que proporcionaram uma nova visão e relação do assunto com as relações internacionais. A fim de atingir o objetivo e verificar de que forma se mantêm as tradições angolanas frente ao processo de globalização, estabeleceram-se objetivos específicos para o desenvolvimento do trabalho.

Alcançando-se o primeiro objetivo específico, o segundo capítulo desta monografia abordou conceitos bases para a compreensão do tema. Através da conceituação sobre globalização, cultura, multiculturalismo e o paralelo entre Relações Internacionais e cultura, fica claro a dimensão destes assuntos e como se associam. Neste capítulo, verificou-se como corriqueiramente tais abordagens são associadas separadamente e a partir do estudo, averiguou-se a forma como cada elemento participa e possui grande dimensão e atuação no panorama mundial.

No terceiro capítulo, como forma de transcorrer a análise até o objetivo geral desta pesquisa, tratou-se da análise dos conceitos de cultura em um cenário globalizado, percebeu-se a troca de elementos culturais, a crescente homogeneização entre culturas e o espargir de uma cultura global em uma pluralidade de países. Foi possível visualizar com maior facilidade, o tanto que se absorve naturalmente do que é oferecido a partir do movimento globalizante, e o quanto é fácil trocarmos elementos tradicionais antigos, por novos costumes,

incorporando-os de forma rápida, e muitas vezes inconsciente, ao nosso meio. Cumprindo-se o segundo objetivo específico desta monografia.

Por fim, se cumpre o terceiro e último objetivo específico no quarto capítulo. Nesta etapa da pesquisa, já se possui uma nova visão sobre dimensão e importância da temática cultural para determinada localidade. A partir disto, se descreve o histórico da nação angolana, destacando os principais impactos sofridos através da globalização na cultura e tradição de Angola. De forma específica, é feito um diagnóstico sobre esta nação, que sofreu intensas intervenções externas, e acabaram por inserir novos elementos culturais em seus costumes. Assim como, se abordou o contexto atual de uma nação que se estabelece e desenvolve em um mundo globalizado.

Destarte, é atingido o objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso, através da análise sobre o caso de Angola, onde é possível perceber de que forma tem se mantido as tradições culturais neste país. Mesmo em frente ao processo de globalização, é notória a valorização da cultura local pelos africanos, ainda que seja um povo que se empolga em conhecer e praticar o novo, com o mesmo empenho compartilha suas tradições para quem nela se interessa. Essas análises, responderam de forma satisfatória ao que se propôs esta monografia, identificando as bases envolvidas e o fenômeno em específico.

Obviamente por se tratar de um tema extensivo e de pouca abrangência na disciplina de Relações Internacionais, ocorreram limitações e dificuldades na pesquisa, contudo, entende-se que o trabalho contribuiu para o debate concernente a globalização e cultura, aqui se detendo a apresentar um esboço da perspectiva de uma nação fortemente influenciada pelo movimento de globalização no aspecto cultural. Por se tratar de um tema, praticamente, inesgotável e de constante mudança e evolução, a continuação deste estudo é importante, novas pesquisas podem ser realizadas futuramente, aprofundando determinados pontos aqui abordados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. Angola perfil e oportunidades comerciais. 2012. Disponível em:

<http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/PERFILANGOLADefinitivo_15012013100518.pdf> Acesso em: 20 mar 2014.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização: O capital e suas contradições**. Londrina: G.A.P. Alves, Praxis, 20001.

ANGOLA Ano 0. Ever Miranda Palacio. Angola. 2013. DVD.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ARIZPE, Lourdes (Org.). **As dimensões Culturais da Transformação Global: Uma abordagem Antropológica**. Brasília: UNESCO, 2001.

BARROSO, João Rodrigues (coordenador). **Globalização e identidade nacional**. São Paulo: Atlas, 1999.

BATISTA, Jeferson Alves. Reflexões sobre o conceito antropológico de cultura. **Revista saber eletrônico**. Ano 1. Vol. 1. Nov/Jun 2010. ISSN 2176-5588.

BAUMAN, Zygmund. **Globalização: As consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **O que é globalização – Equívocos do Globalismo, Resposta a Globalização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2 ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Multiculturalismo e direitos humanos**. Produção científica. Marcus Vinícius Reis. 2014. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/spol/pdf/ReisMulticulturalismo.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2014.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. F 433. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CALDAS, Ricardo W. **Introdução à globalização: Noções básicas de economia, marketing e globalização**. São Paulo: Instituto brasileiro de direito constitucional, 1998.

CALDAS, Waldenyr. **Cultura**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

CAPOTO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado**: Um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991). Tese (Doutorado em Estudos Políticos) - Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13435/1/TESE%202013%20I%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>> Acesso em: 05 maio, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Volume II. Tradução Klaus BrandiniGerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.19, n2, abr-jun, p.391-408. 2012.

_____. Colonização do planalto de Angola. 2012. Disponível em: http://atagraria.files.wordpress.com/2012/06/coloniza%C3%A7%C3%A3o_planalto_angola.pdf> Acesso em: 20 maio, 2014.

CASTRO, Thalles. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. 51, pp: 8-25. 2008.

COBÉRIO, Caio Graco Valle. Os Sistemas-mundo e a Globalização. **Race Unoesc**. v. 07, n. 01. p. 53-70. Jan./Jun. 2008.

COSTA, Thatyane Roberta de Castro. A mundialização da cultura e os processos de homogeneização e formação da Cultura Global. **Universitas – Relações Internacionais**. Brasília. v. 2, n. 1, pp. 255-267, jan-jun 2004.

COUTINHO, Dirceu M. **Entenda Globalização**: Uma fonte de informações para os negócios. São Paulo: Aduaneiras, 1998.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru. EDUSC, 1999.

CRUZ, Paula. **Cultura nas relações internacionais**: Emergência e perspectivas teórico-conceituais política, cultura e instituições. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.ppgri.uerj.br/form/Paula_Cruz.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2014.

ELÍBIO JÚNIOR, Antonio Manoel. ET. AL. **Antropologia Cultural**: Livro didático. 2. ed. Ver. E atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2008.

FERNANDES NETO, Miguel Gaspar. Embaixador da Angola fala sobre diplomacia cultural no parlamento britânico. **Revista da Embaixada de Angola – WEZA**, n. 6. mar./abr. 2013.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Globalização e crise do estado nacional. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. v 40. n 02. p. 38-50. Abr./Jun. 2000.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. (1992) / tradução de Aulyde Soares Rodrigues. – Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

GASPAR, Lisete; OSÓRIO, Paulo; PEREIRA, Reina. **A língua portuguesa e seu ensino em Angola**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. Ed. São Paulo. Editora Laser House. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. 2003. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf Acesso em: 08 mar. 2014

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era Dos Impérios**, 1875-1914 (versão eletrônica). Vol. 01, 1987. Disponível em: <<http://www.brunodepiero.com/2013/12/livros-do-eric-hobsbawn-disponiveis-em.html>> . Acesso em: 01 maio, 2014.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. **Antropologia cultural e social**. Tradução Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Cultrix, 2006.

HOFSTEDE'S, Geert. **Cultura Nacional**. Disponível em: <http://geert-hofstede.com/national-culture.html>. Acesso em: 05 mar. 2014.

_____. **Culturas e organizações**: compreender a nossa programação mental. Lisboa: Silabo, 1997.

HUAMBO: realçada importância do ensino das línguas nacionais nas escolas. **Portal de Angola**, 31 maio 2014. Disponível em: <<http://www.portaldeangola.com/2014/05/huambo-realcada-importancia-do-ensino-das-linguas-nacionais-nas-escolas/>> Acesso em: 31 maio 2014.

HUNTINGTON, Samuel P. **Ochoque da civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Tradução de: The Clash of civilizations and the remaking of world order. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio. **A era do Globalismo**. 4 ed. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1999.

_____. **Teorias da Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2001.

JANUÁRIO, José. **Análise do potencial de retorno dos quadros qualificados angolanos em Portugal** – os ex-bolseiros pós-independência. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2007.

KRETZMANN, Carolina Giordani. **Multiculturalismo e diversidade cultural:** Comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade. Dissertação (Programa de mestrado em direito). Universidade de Caxias do Sul. 2007.

KRUGMAM, P. **Internacionalismo Pop**. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** Um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LEONARDO, Maria Aparecida. A dimensão da cultura nas relações internacionais. **XIV Congresso brasileiro de sociologia**, Rio de Janeiro, Julho 2009. Disponível em: <http://www.descoberta.com.br/product.php?id_product=143> Acesso em: 12 mar. 2014.

LÓPEZ, Andrés M. M.; CUNHA, Jocilene R. da; ARRUDA, Roberto A de. O multiculturalismo e a globalização. **Revista Eventos Pedagógicos**. V.3, n.2, p. 301-307, maio-jul. 2012.

MANÉ, Djiby. As concepções de língua e dialeto e o preconceito sociolinguístico. **Via Litterae**. v.4, n.1, p. 39-51. Anápolis, jan-jun. 2012.

MAPA DE AFRICA. **Mapa de Angola**. Disponível em: <<http://mapadeafrica.net/mapa-de-angola>> Acesso em: 10 abr. 2014.

MATHEWS, Gordon. **Cultura Global e identidade individual:** à procura de um lar no supermercado cultural / tradução Mário Mascherpe Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINISTRA da Cultura solicita maior engajamento da sociedade na preservação do património nacional. **Portal de Angola**, 18 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldeangola.com/2014/04/ministra-da-cultura-solicita-maior-engajamento-da-sociedade-na-preservacao-do-patrimonio-nacional/>> Acesso em: 31 maio 2014.

NEVES, António Manuel Santos de Sousa. “Justiça e Paz” nas intervenções da igreja católica em Angola (1989-2002). Tese. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa 2011. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/teses/ant%20f3nio%20neves_igreja%20em%20angola.pdf> Acesso em: 18 maio, 2014.

NEVES, Miguel Santos. Paradiplomacia, Regiões do Conhecimento e a consolidação do “Soft Power”. **JANUS NET, e-journal of International Relations**. v. 01, n. 01, p. 12-32. Outubro 2010.

OGOT, Betwell Allan. **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Allan Betwell Ogot. Brasília: Unesco, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E CULTURA. Declaração Universal sobre a diversidade cultural. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PACHECO, Joice Oliveira. Identidade cultural e alteridade: Problematizações necessárias. **Revista eletrônica dos discentes de história Spartacus**. Ed. 01/2007, UNISC. Disponível em: http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/pacheco_joice_oliveira.pdf. Acesso em: 14 mar. 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do candidato: Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

PEIXOTO, Carolina. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola**: O debate político em torno do problema colonial (1951-1975). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Fluminense. Niterói, 2009.

_____. **Por uma perspectiva histórico pós-colonial, um estudo de caso**: A descolonização de “Angola” e o retorno dos “Nacionais”. 2010. Disponível em: <<http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/320/1/Por%20uma%20perspectiva%20hist%C3%B3rica%20p%C3%B3s-colonial,%20um%20estudo%20de%20casoA%20%CA%BBdescoloniza%C3%A7%C3%A3o%CA%BC%20de%20Angola%20e%20o%20retorno%20dos%20CA%BBnacionais%CA%BC.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

PENAFIEL. Câmara Municipal; GALVÃO, Henrique. **Portugal não é um país pequeno**. Disponível em: <<http://purl.pt/11440>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

PEREIRA, Luana Nunes. Religião e parentesco entre os Bakongo de Luanda. **Afro-Ásia**. n.47, p. 11-41. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a01n47.pdf>>. Acesso em: 18 maio, 2014.

REIS, Nicole Isabel dos. **Cultura Global e identidade individual**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 9, n. 20, pp. 309-312, outubro de 2003.

RIZZI, Kamila Raquel. **Relações Brasil-Angola no Pós-Guerra fria**: os condicionantes internos e a via multilateral. Dissertação (Programa de pós-graduação em Relações Internacionais) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

ROQUE, Leibi. Comércio internacional: Um estudo das principais dificuldades encontradas pelas empresas brasileiras no comércio exterior. **Revista Conteúdo**,

Capivari, v.1, n.3, jan./jul. 2010. Disponível em:
<<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/downloadSuppFile/28/3>>
Acesso em: 10 mar. 2014.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução Denise Bottman. Companhia de Bolso. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os processos da globalização**. A globalização e as ciências sociais. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Reconhecer para libertar**: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Martins dos. **Cultura, Educação e Ensino em Angola**. Braga, 1999. Disponível em: <<http://reocities.com/athens/troy/4285/ensino.html>>. Acesso em: 01 maio, 2014.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Bauru, Edusc, 2001.

SCHNEIDER, Bruna D.; LUCAS, Douglas C. Multiculturalismo: Identidades em busca de reconhecimento. **Revista Direito em Debate**. Ano 17, Nº 31, p. 35-58, jan-jun. 2009.

SILVA, Luciana Soares da. **Folha de S. Paulo e Jornal de Angola**: Um Estudo Comparativo. Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, SITED. Núcleo de Estudos do Discurso. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, novembro 2010. Disponível em:
<<http://www.ebooks.pucrsbr/edipucrs/anais/sited/arquivos/lucianasoaresdasilva.pdf>>
Acesso em: 19 maio 2014.

SILVA, Marcos Paulo da. Discutindo os Efeitos Sociais da Globalização: Uma proposta de enfrentamento. **Caderno de Pesquisas em Administração**. v. 10, nº 1, jan-mar. São Paulo, 2003. Disponível em:
<<http://www.regeusp.com.br/arquivos/v10n1art1.pdf>> Acesso em: 20 abril, 2014.

SOLDI, Rodrigo. Nacionalismo e Cultura no Contexto da Globalização: Um debate sobre a divisão internacional do trabalho. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**. n. 13, p. 105-116. Junho, 2012. Disponível em:
http://www.reid.org.br/arquivos/00000311-10-rodrigo_reid-13.pdf Acesso em: 12 maio, 2014.

SOROS, George. **Globalização**. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SOUSA, Andréia N. Lima de. Globalização: Origem e evolução. **Caderno de estudos ciência e empresa**, Teresina, ano 8, n. 01, 2011. Disponível em: <<http://www.faete.edu.br/revista/Artigo%20Andreia%20Nadia%20Globalizacao%20ABNT.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

SOUSA, Li-Chang Shuen Cristina Silva. Cultura global e identidades locais: Conflitos culturais na interface da globalização. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, julho 2011. Curitiba/PR. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2156&Itemid=171> Acesso em: 15 mar. 2014.

SPINDLER, George; STOCKARD, Janice E. **Globalization and Change in fifteen Cultures**. Born in one World, living in another. Thomson Wadsworth Corporation. Belmont, USA. 2007.

TELO, FloritaCuhangaAntonio. **Angola: A trajetória das lutas pela cidadania e a educação em direitos humanos**. Dissertação (Programa de pós-graduação em ciências jurídicas). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

TIBURCIO, James Augusto Pires. **Paz e guerra em Angola**: Um estudo exploratório. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4129/1/2009_jamesaugustopirestiburcio.pdf> Acesso em: 18 maio 2014.

TOLLENTINO, Célia Ap.; POSSAS, Lídia M. V.; CORREIA, Rodrigo A. **Ideias e Cultura nas Relações Internacionais**. Editora Oficina Universitária, Marília. 2007.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**. Researches Into Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, And Custom. Cambridge Library Collection. 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções Africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia / Paulo Fagundes Visentini; direção [da coleção] Emília Viotti da Costa – São Paulo, UNESP, 2012.

ZAU, Filipe. **Angola: Trilhos Para o Desenvolvimento**. Universidade Aberta. Lisboa, 2002.